A MONARQUIA ECLESIÁSTICA DO ROMANO PONTÍFICE

São Roberto Belarmino

Fonte: https://www.cristianismo.org.br/bellarmino0.htm#sumario

Sumário

CAPÍTULO I. É PROPOSTA A QUESTÃO: QUAL É O MELHOR REGIME? 3

CAPÍTULO II. PROVA-SE A PRIMEIRA PROPOSIÇÃO: QUE A MONARQUIA SIMPLES É MAIS EXCELENTE DO QUE A ARISTOCRACIA E A DEMOCRACIA. 4

CAPÍTULO III. QUE A MONARQUIA MESCLADA COM A ARISTOCRACIA E A DEMOCRACIA É MAIS ÚTIL NESTA VIDA DO QUE A MONARQUIA SIMPLES. 13

CAPÍTULO IV. QUE, AFASTADAS AS OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS, A MONARQUIA SIMPLES É EXCELENTE DE MODO SIMPLES E ABSOLUTO.....14

CAPÍTULO V. COLOCA-SE A SEGUNDA QUESTÃO: SE O REGIME ECLESIÁSTICO DEVA SER MONÁRQUICO.....16

CAPÍTULO VI. QUE O GOVERNO DA IGREJA NÃO É UMA DEMOCRACIA. 17

CAPÍTULO VII. QUE NÃO EXISTE UM REGIME ECLESIÁSTICO EM PODER DOS PRÍNCIPES SECULARES. 22

CAPÍTULO VIII. QUE O REGIME ECLESIÁSTICO NÃO ESTÁ PRINCIPALMENTE COM OS BISPOS. 28

CAPÍTULO IX. RESTA A ULTIMA PROPOSIÇÃO: QUE O REGIME DA IGREJA, AFIRMA, DEVE SER PRINCIPALMENTE MONÁRQUICO. 32

CAPÍTULO I. É PROPOSTA A QUESTÃO: QUAL É O MELHOR REGIME?

A ninguém pode ser dúbio que nosso Salvador Jesus Cristo poderá e quererá governar a sua Igreja por aquela razão e modo que seja ótimo e o mais útil entre todos. Três são as formas do bom governo: Monarquia, isto é, governo de um só, cujo vício contrário é a Tirania; Aristocracia, isto é, regime dos melhores, ao qual se opõe a Oligarquia, isto é, facção de poucos; e Democracia, isto é, império de todo o povo, que não raro degenera em sedições.

Ensinam isto os príncipes dos filósofos: Platão, na República, e Aristóteles, no livro 3 da Política e no livro 8 da Ética, capítulo 10, não sem grande razão ensinam isto. De fato, se a multidão é para ser governada, isto não pode ser feito sem que seja, por algum modo, de três maneiras: de fato, ou um só é colocado como chefe da república, ou alguns de muitos, ou completamente todos. Se um só, será Monarquia; se alguns de muitos, Aristocracia; se completamente todos, Democracia.

Ainda que sejam somente três as formas simples de governo, elas podem, todavia, misturarem-se entre si, de cuja mistura são produzidas quatro outras formas de governos mistos: uma temperada a partir de todas as três; outra a partir da Monarquia e Aristocracia; a terceira a partir da Monarquia e Democracia; e a última a partir da Democracia e da Aristocracia. Dessas assim constituídas nasce a primeira questão: qual dessas sete formas é a melhor forma de governo?

De fato, João Calvino, para obstruir todos os caminhos pelos quais se costuma chegar à constituição da Monarquia Eclesiástica, antepõe a Aristocracia entre as formas simples e, entre as formas mistas, antepõe o regime temperado pela própria Aristocracia e a Democracia a todos os outros. Quis que a Monarquia fosse o pior de todos, especialmente se for constituída em toda face da terra ou na Igreja universal. Estas são suas palavras no livro 4 Institutas, capítulo 6, parágrafo 9: "É verdade, com efeito, que alguns querem que seja bom e útil que toda terra seja abarcada em uma Monarquia. O que, todavia, é o maior dos absurdos. Nunca considerei que isso seja válido no governo da Igreja". E, no capítulo 20, parágrafo 9: "Certamente se em si forem consideradas aquelas três formas de regimes que os filósofos colocam, não nego que a Aristocracia, ou o regime temperado pela mesma, excede de longe todas as demais". Acrescenta, em seguida, duas razões: uma pela experiência, outra pela autoridade divina. Ele diz: "Tendo sido sempre comprovado tanto pela própria experiência, como pela autoridade, o Senhor confirmou a Aristocracia e a instituiu junto aos Israelitas".

Mas nós, porém, a partir de S. Tomás e outros teólogos católicos, das três formas simples de governo, antepomos a tudo o mais a Monarquia, ainda que, por causa da corrupção da natureza humana, declaremos que seria mais útil para os homens, neste tempo, a

Monarquia temperada pela Aristocracia e a Democracia do que a simples Monarquia, de modo que as primeiras partes sejam da Monarquia, a segunda tenha a Aristocracia e, por último, esteja a Democracia.

Realmente, para mais facilmente explicar-se a coisa toda e para que por argumentos possa ser confirmada, completaremos nossa sentença com três proposições. Primeira proposição: das formas simples a superior é a Monarquia. Segunda: o regime temperado pelas três formas por causa da corrupção da natureza humana é mais útil que a simples Monarquia. Terceira: em circunstâncias isoladas, a simples Monarquia é escolhida absolutamente. Excluídas as circunstâncias, a simples Monarquia sobressai-se de modo simples e absoluto.

CAPÍTULO II. PROVA-SE A PRIMEIRA PROPOSIÇÃO: QUE A MONARQUIA SIMPLES É MAIS EXCELENTE DO QUE A ARISTOCRACIA E A DEMOCRACIA.

Para que, portanto, comecemos pela primeira, não comparamos, neste lugar, a Monarquia com as formas de regimes mistos nem a antepomos a todos os regimes mistos e simples, mas aqui somente declaramos que, se alguma forma simples de regime necessariamente deve ser escolhida, sem dúvida essa forma é a Monarquia. Isto, porém, comprovamos por dois argumentos.

Primeiro: Convêm nesta sentença todos os velhos escritores hebreus, gregos, latinos, teólogos, filósofos, oradores, historiadores e poetas. Filão, no livro sobre a confusão das línguas, louvando a sentença de Homero, diz: "Aquilo de muitos imperarem é mau, seja o rei único para as cidades, que não pertence mais aos homens do que ao mundo e a Deus".

Da parte dos gregos, o bem aventurado Justino, na oração de exortação aos gentios, ensina ser nocivo o principado de muitos e, ao contrário, o principado de um só ser útil e salutar. De fato, o principado de um só está livre de guerras e disputas, e costuma ser livre. Também o Beato Atanásio, na oração contra os ídolos, diz: "De fato, como a multidão de deuses dissemos ser a nulidade dos deuses, assim também é necessário que, na multidão dos príncipes, nenhum deles pareça ser príncipe; onde, porém, não há príncipe, ali nasce o distúrbio".

Entre os latinos, também nos ensina o bem aventurado Cipriano, que prova, no tratado da Vaidade dos Ídolos, ser fortíssimo que Deus é um só a partir do fato de que a monarquia é o melhor de todos os governos, é um regime ótimo e o mais natural. Diz: "Para o império divino, tomemos também emprestado o exemplo dos terrenos: como a sociedade do reino ou começou com a fé ou nunca cessou sem derramamento de sangue?". E o bem aventurado Jerônimo, na Epístola ao monge Rústico: "Um só imperador é juiz de uma só província. Roma, como foi fundada não pôde ter simultaneamente dois irmãos reis".

Finalmente, S Tomás, na primeira parte da Summa Teológica, q. 103, art. 3, e no livro 4 de Contra os Gentios, cap 76.

Já dos filósofos, Platão, na República, depois da metade, diz: "Um só domínio para os bons, instruído pelas leis, e de todas elas a melhor lei é; aquele governo, no qual verdadeiramente não muitos imperam, devemos considerar como mediano; dos muitos restantes, (devemos considerar) a administração das coisas por todos débil ou enferma". Platão foi seguido por Aristóteles no livro 8 da Ética, capítulo 3. Depois que enumerou aquelas três formas de regime, acrescentou estas palavras: "Destas a melhor de todas é o reino, a pior de todas a República".

Sêneca, no livro 2 de Benef., diz: "Marcus Brutus não agiu de um modo suficientemente prudente ao matar Júlio César com a esperança da liberdade." E, dando a razão, diz: "Já que o Estado mais excelente da cidade é estar sob um só rei justo".

Plutarco, porém, escreveu todo um opúsculo sobre a Monarquia e as outras formas de reger a multidão, no qual expressou a sua sentença. "Se a opção", diz, "de escolher tiver sido concedida, não escolha outra coisa senão a do poder um só". E novamente o mesmo Plutarco, em Sólon, dizendo terem-se originado em Atenas muitas sedições quando vigorava a Democracia, acrescenta, em seguida: "Há uma razão que parecia ser válida para a salvaguarda, a quietude e a ordem: se as coisas fossem entregues para serem dominadas".

Por parte dos oradores, Isócrates, naquele discurso que leva o nome de Nicocles, por muitas razões se esforça para provar isto mesmo. Porém, João Sobeus, no sermão 45 com este título, observou que "a Monarquia é mais bela". E nesse discurso produziu os testemunhos de Hesíodo, Eurípedes, Sirino, Ecfantes e de muitos outros para confirmar isto mesmo.

Heródoto, no livro 3 das suas Histórias que se chama Tália, tendo exposto a matança dos Magos, que ocuparam o reino da Pérsia, expõe também a disputa que entre os príncipes foi versada sobre a república que seria constituída. Disputa cujo resultado foi este: que diligentemente examinadas as sentenças daqueles que disputavam a favor da Aristocracia ou a favor da República (Democracia), com o consenso de todos exceto de um só, julgaram que a Monarquia seria a mais útil e a melhor. E por causa disso também a conservaram na Pérsia.

Finalmente, da parte dos poetas, Homero, no livro 2 da Ilíada, expõe aquela sentença celebrada por todos os escritores. "Não é bom o governo de muitos. Haja um só rei". A este testemunho de Homero, contrário ao qual, somente, entre tantos outros, fez objeção

a sua sentença, responde Calvino, no livro 4 das Institutas, capítulo 6, parágrafo 8: "Fácil é, diz, a resposta: de fato, não neste sentido ou do Ulisses de Homero, ou de outros louva-se a Monarquia, como se uma só pessoa devesse reger toda a face do império; mas quiseram indicar que, no reino, dois não cabem e que o poder (como disse ele) é impaciente (no sentido de que não sofre a ação) do consorte".

E certamente, se foi fácil responder a Calvino, mais fácil para nós é refutar a sua resposta, porque ou nada disse, ou disse o que nós dissemos, ou disse o falso e, assim, se contradisse. Se, de fato, ao dizer "um só reino não comporta dois", a força enfatiza a palavra "reino" e quer dizer que o reino propriamente dito não comporta dois, já que o reino propriamente dito é a suma potestade de um só homem. Ou, então, não diz absolutamente nada, mas somente mostra a ambiguidade das palavras obscuras aos imperitos. Porque dizer nesse sentido "o reino não comporta dois" significa o mesmo que alguém dissesse "o regime de um só não é regime de dois", e "um só homem não são dois homens"; para um tal pronunciamento, em obra nenhuma consistia a sabedoria de Ulisses.

Se, porém, a ênfase não faz a força na palavra, mas o reino intelige a multidão que deve ser regida, então ele mesmo diz o que nós dizemos. Por isso, de fato afirmamos que a Monarquia antecede a República (Democracia) e a Aristocracia, porque a multidão não é regida comodamente por muitos, e o poder é impaciente do consorte.

Se, finalmente, ele quis que fosse entendido por reino não qualquer multidão, ou alguma única província, ou algum reino pequeno, de tal maneira que o sentido seja "a uma província deve-se atribuir um só rei", não sendo todavia o mesmo o julgamento de toda a face da terra, então ele diz o falso e contradiz a si mesmo, porque o livro de Homero não discute se a república se constitui em uma só província, mas ele prega para todo o exército dos Gregos que lutava em Tróia, exército no qual havia muitas nações, muitos príncipes e também alguns reis, e afirma não ser conveniente que toda esta multidão seja regida por muitos, mas apenas por um só. E assim, o sentido dessa celebérrima sentença não pode ser outro senão que em qualquer uma só multidão dever haver um só reitor primário: o que, de fato, tem um lugar idêntico no reino pequeno e nos impérios máximos. Com efeito, não se deve a um só reino exíguo um só rei porque aquele reino é exíguo, mas porque ele é um só.

Pelo que se algum reino amplíssimo, tal como foi o de Nino, Ciro, ou também Alexandre ou Augusto, for um só, dever-se-á a ele um só príncipe, e já que a Igreja é uma só, como diz Lucas I: "o seu reino não terá fim", e Daniel, cap 2: "nos dias daqueles reinos suscitará Deus o reino dos céus que não deverá ser dissipado eternamente": por causa disso deverá ser governado por um só.

Ademais também luta consigo mesmo Calvino. Posto que não somente em toda a face da terra considera não ser útil a Monarquia, como também em uma só cidade ou igreja, como abertamente se entende no livro 4 das Institutas, capítulo 41 parte 6, onde todo poder eclesiástico atribui à Assembleia dos Anciãos. E no livro 4, cap 20, parágrafo 8, onde louva aquelas cidades em que derrubaram os príncipes e são governadas pelo povo e pelo senado, como é a República de Genebra, na Suíça, onde ele governava. Portanto, não deixando Calvino totalmente nenhum lugar à Monarquia, parecerá que ele tenha respondido bem a tantos e tão graves autores que louvam a sentença de Homero.

Outra razão é trazida pela autoridade divina, que mostra, de três modos, que a Monarquia é o governo mais excelente. Primeiro, pela instituição do gênero humano: Deus, de fato, fez o gênero humano a partir de um só, como diz o Apóstolo, no capítulo 17 de Atos: que, com efeito, não produziu o homem e a mulher a partir do barro, mas o homem a partir do barro, e a mulher a partir do homem. Expondo a causa disso, S João Crisóstomo, na homilia 34, sobre a epístola I Cor., capítulo 13, diz ser esta: para que houvesse entre os homens não a Democracia, mas o reino. De fato, se muitos homens tivessem sido produzidos a partir do barro, todos eles deveriam ter sido príncipes de modo igual em sua posteridade. Acerca do qual poderíamos duvidar merecidamente se a Deus agradaria o regime de um só. Agora, porém, tendo feito todo o gênero dos homens a partir de um só, que todos dependessem de um só, parece ter dito suficientemente que aprova mais o principado de um só do que o governo de muitos.

Então, indicou Deus a sua sentença quando não apenas nos homens, mas também praticamente em todas as coisas enxertou uma inclinação natural para o regime monárquico. Nem pode haver dúvida de que a propensão natural deve ser atribuída a Deus, autor da natureza. Declara, em primeiro lugar, ser o principado de um só maximamente natural, como em qualquer casa naturalmente pertence a um só pai de família o governo do cônjuge, dos filhos, dos servos e, finalmente, das demais coisas. Assim como a maior parte da face da terra é governada pelos reis. E, ademais, que os reinos são de longe mais antigos do que as repúblicas. No princípio das coisas, o império dos povos e das nações estava inteiramente em poder dos reis.

Finalmente, também pela natureza, os seres vivos carentes de razão parecem pedir o principado de um só. Assim, de fato, fala S Cipriano, no Tratado sobre a Vaidade dos Ídolos: "Um só rei para as abelhas, um só condutor para a grei e um só reino para as manadas". Acrescenta S Jerônimo, na Epístola a Rústico, que as aves seguem um só por uma ordem sábia. Calvino ri dessa razão no livro 4 das Institutas, cap. 6, par. 8. Ele diz: "Se Deus aprecia esta coisa, eles tomam a prova a partir das aves e das abelhas que a si sempre escolhem um só guia e não muitos. De boa vontade recebo o que os exemplos dizem, mas por acaso as aves se reúnem de toda face da terra para escolher um só rei? Nas suas colmeias, elas se contentam com reis únicos e também assim ocorre com as aves. Cada bando possui seu rei próprio; o que mais se pode provar além do fato de que cada uma das igrejas deve escolher os seus próprios bispos?"

Mas facilmente pode-se refutar esta resposta de Calvino. Porque a Igreja é um só redil, diz João, capítulo 10, e não muitos redis. E também pode ser dita uma só colmeia e um só rebanho. E, por isso, assim como há um só rei para as abelhas e as aves seguem um só guia por uma ordem sábia, assim deve toda Igreja ter um só e seguir um só condutor e doutor primário. Ademais, as aves e as abelhas não são de uma natureza tal que se possam unir por uma conjunção e copular com os animais ausentes e colocados ao longe e, por causa disso, não é de se admirar que elas não se reúnam de toda terra para escolherem um só rei; e pelo fato de que o rebanho de qualquer uma delas tem seu próprio rei, fica claro que o regime natural é o regime de um só.

Finalmente, se por estes exemplos levantados pelos mais sérios padres deduzimos, como diz Calvino, que cada igreja deve escolher os seus próprios bispos, por que o próprio bispo não recebe, nem que seja apenas pelo nome, o poder eclesiástico que, na realidade, ele atribui à Assembleia dos Anciãos?

Omitidas, porém, todas essas coisas, a forma de reino que Deus quis confirmar pela sua santidade pode-se entender também maximamente por isto, pela república que ele instituiu no povo dos Hebreus. De fato, como diz Calvino, o governo dos Hebreus não foi próximo à Aristocracia ou à Democracia, mas foi plenamente monárquico. Os príncipes dos primeiros Hebreus foram patriarcas, como Abraão, Jacó, Judas e os demais; depois condutores, como Moisés e Josué; depois juízes, como Samuel, Sansão e outros; depois reis, como Saul, Davi e Salomão. E, finalmente, condutores, como Zorobabel e os Macabeus.

Que os patriarcas tivessem sido revestidos de poder real indicam as coisas realizadas. Abrahão, no Gênesis, 14, conduziu a guerra contra quatro reis e não se lê ter recebido de nenhum senado o poder dos ótimos e nem ter ele consultado algum senado. Judas, no Gen. 38, tendo sido sua nora acusada de adultério, julgou pelo fogo e não consultou ou pediu a nenhum senado. Moisés, no Êxodo, 32, como verdadeiro e sumo príncipe do povo dos Judeus, por causa do bezerro de ouro que tinham erigido, em um só dia mandou matar muitos milhares de Judeus e não lemos que alguma consulta senatorial ou plebiscito tenha precedido essa decisão. A mesma coisa pode ser dita completamente dos juízes que, por nenhuma faculdade admitida pelo senado ou pelo povo, administravam guerras e davam a morte àqueles a quem queriam. Certamente Gedeão, no capítulo 8 dos Juízes, depois das vitórias dos Midianitas, matou 70 homens na cidade de Socó e derrubou a torre de Fanuel.

Ademais, que os reis e aqueles que os seguiram, os condutores dos Judeus, foram revestidos de suma e, portanto, da régia potestade é algo mais evidente do que seja necessário provar. Teria parecido, portanto, a Calvino, onde tiver lido, que a república

dos Judeus costumeiramente teria sido governada pelos melhores e pelo povo, e não por um só príncipe.

Mas, talvez, objetar-se-á aquilo que temos no livro 1 dos Reis, capítulo 8, onde os israelitas são repreendidos por Deus por terem pedido um rei. Porque, se a Deus não aprouve instituir um rei para governar aquela república, como se pode crer que os condutores e os juízes tinham uma potestade régia constituída por Deus?

Respondemos: por dois modos alguém pode, com sumo poder, governar toda república: de um modo, como rei e senhor, que não depende de ninguém; de outro modo, como vice-rei ou condutor primário, que certamente está acima de todo povo, mas que, todavia, tenha que se submeter ao seu rei.

De fato, Deus já tinha instituído isto na república dos Judeus posteriormente, no tempo dos condutores e dos juízes, de tal maneira que fosse ele mesmo como que o verdadeiro e peculiar rei daquele povo; e, todavia, já que eles eram homens e necessitavam de um reitor visível a quem poderiam ir e consultar, colocou para eles um homem como um vice-rei que de nenhum modo fosse sujeito ao povo, mas somente ao verdadeiro Deus e rei. Isto é o que está escrito em Samuel 1, cap. 8: "Não se afastaram de ti, mas de mim, para que eu não reine sobre eles". E também é isso que ele diz ao Apóstolo no cap. 3 da Epístola aos Hebreus: "Moisés era fiel em toda sua casa como um servo".

Porém, porque os judeus, não contentes com este estado da república, quiseram ter aquele primeiro modo de rei, que não governasse todos ao modo de um só e que também fizesse condutores e juízes, mas que possuísse todo reino como seu e próprio, e aos filhos e aos netos como herança transmitissem, por causa disso merecidamente foram repreendidos e castigados pelo Senhor. Não, todavia, desgostou a Deus aquela cobiça do povo de ter o próprio rei, de tal maneira que os mandou aplicar a sua alma, em vez disso, em aderir à Democracia, ou aplicar o ânimo à Aristocracia; antes, ao contrário, ele mesmo, Deus, designou para eles um rei excelente e, depois, tanto o rei, como o reino deles, conservou e protegeu enquanto permaneceram no ofício.

Segue-se a última razão, que é tirada da lista de suas propriedades, as quais todos têm como reconhecido convir ao ótimo regime. E a primeira propriedade é a ordem, posto que o melhor governo é aquele que é mais ordenado; e que a Monarquia é mais ordenada que a Democracia e a Aristocracia podem ser demonstradas assim. Toda ordem está colocada nisto, que alguns presidam e outros se submetam; e não também entre iguais, mas entre superiores e inferiores. Onde, porém, existe uma Monarquia, ali todos inteiramente possuem alguma ordem, não havendo ninguém que não seja submetido a alguém, excetuado apenas aquele que administre o cuidado de todos. Por esta razão, na Igreja Católica, existe uma suma ordem, pela qual o povo está submetido aos párocos, os

párocos aos bispos, os bispos aos metropolitanos, os metropolitanos aos primazes, os primazes ao sumo pontífice, e o sumo pontífice a Deus. Onde, porém, o governo é inteiramente dos melhores ou Aristocracia, o povo, de fato, tem a sua ordem, estando submetido aos aristocratas; mas os aristocratas entre si não têm nenhuma ordem. Muito mais, também, a Democracia carece de ordem, já que todos os cidadãos são considerados na república de mesma condição e autoridade.

A outra propriedade é a consecução do fim próprio. De fato, não pode haver dúvida de que a melhor forma de reger a multidão seja aquela que mais comodamente e mais facilmente alcança o fim proposto; o fim, porém, do governo é a união dos cidadãos entre si e a paz. União esta que parece estar colocada de uma maneira poderosíssima no fato de que todos sintam o mesmo, queiram o mesmo e sigam o mesmo. Isto muito mais certamente e muito mais facilmente obterão se tiverem que se submeter a um só do que a muitos; dificilmente, de fato, pode-se conseguir que muitos, dos quais um não depende do outro, julguem as coisas do mesmo modo. Assim, também, se forem muitos os que regem a multidão e um não impere sobre o outro, ou alguém não obedecerá a alguém, ou será necessário dividir o povo em várias ocupações; e, então, não poderá acontecer que ao ofício de um só pertença o imperar.

Confirma isso, também, o uso e a experiência que é mestra das coisas. Posto que, junto aos Romanos, quando estavam debaixo dos reis, lê-se que muito raras eram as distinções entre os cidadãos. Removidos, porém, os reis, sendo a república administrada por magistrados anuais, raro foi aquele ano em que não contendessem os patrícios com os plebeus. E, finalmente, as disputas entre os civis progrediram até um certo ponto em que, de uma certa forma sob as suas mãos, morreu aquela poderosíssima república. Chegou, finalmente, aquele sob o qual a cidade romana nunca experimentou maior e mais longa paz. Isto se deu sob o império de Augusto, que instituiu a primeira monarquia estável de Roma.

A terceira propriedade é a força e a potência da república.

Supera, pelo julgamento de todos, aos demais aquele governo que faz uma república mais potente e mais forte. É mais forte, porém, aquela república na qual maior é a união e a conspiração dos cidadãos entre si. As forças, de fato, unidas em si são mais fortes do que as forças dissipadas, e a maior união está mais onde todos dependem de um só do que onde dependem de muitos, como acima foi demonstrado. Portanto, a Monarquia faz uma república mais forte, e ela própria é a mais excelente forma de governo.

Acrescenta-se a experiência de que, dos quatro mais poderosos impérios, três cresceram debaixo de reis: o império dos Assírios, o dos Persas e o dos Gregos. Um outro é o dos Romanos, que cresceu sob o domínio do povo, mas também ele não pôde conservar-se,

nas máximas perturbações, sem um ditador, isto é, sem um rei constituído durante algum tempo. E floresceu muito mais, depois, sob a Monarquia de Augusto do que jamais havia florescido no tempo da República.

A quarta propriedade é a estabilidade e a longevidade. De fato, não se pode negar que o melhor governo é aquele que é mais estável e mais longevo, e a Monarquia, de fato, é muito mais duradoura do que a Aristocracia ou a Democracia. Em se tratando da força externa, isso já foi demonstrado quando ensinamos que, sem dúvida, ela era mais forte.

Agora, falta demonstrar que, por não ser usada por nenhuma força externa, menos envenenada está a Monarquia pelos acasos e pela mutação do que nenhuma outra forma de governo. Isto, porém, se prova assim: todo reino dividido entre si será destruído, como diz Cristo em Mateus, 12. A Monarquia é mais difícil de ser dividida do que nenhuma outra forma de governo. Aquilo que, de fato, se divide menos facilmente é o que é mais uno. Ora, é mais uno aquilo que é simplesmente uno do que uma multidão que converge para um só. Aquela, de fato, é una per se e naturalmente, e nenhuma outra é tão una. Esta é una somente pela arte, mas por si e naturalmente são muitos. Portanto, a Monarquia, que depende de um só, menos facilmente será dividida do que a Aristocracia ou a Democracia, que dependem de uma multidão que se ajunta num só.

E aqui, admiravelmente, a Monarquia dos Assírios, desde Nilo até Sardanapalon, durou 1240 anos, como ensina Eusébio na Crônica, ou 1300, como se depreende do livro 1º de Justino, ou mais de 1400, como se vê no livro 2, capítulo 7 de Deodoro. Assim, portanto, durou esse reino, de tal maneira que, morto o rei, o sucessor do reino foi sempre o filho, se é verdadeiramente conforme escreve Valleius Pateculus no primeiro volume das histórias.

O reino, porém, dos Citas, que é tido por todos como antiquíssimo, nem pôde ser destruído por nenhum inimigo externo, como ensina Justino no livro 2, nem por si foi dissolvido em nenhum tempo; pelo que foi necessário aquele reino ter permanecido de pé por alguns milhares de anos, e não houve, assim, nenhuma república que tivesse sido longeva e estável.

Certamente poderosíssima foi a República dos Romanos. E dificilmente conseguiu alcançar 480 anos, desde a expulsão dos reis e a Monarquia de Júlio César. E sobre a Monarquia do oriente, de Júlio até o ultimo Constantino, sem interrupção, durou 1400 anos. No ocidente, porém, desde o próprio Júlio César até Augusto mais de 500, e desde Carlos Magno até o presente imperador foram 800 anos. Mas naqueles 480 anos, nos quais floresceu a Democracia, nem sempre do mesmo modo a república era regida. No início, de fato, os cônsules eram criados anualmente; depois de algum tempo, foram acrescentados os tribunos; então, removidos os cônsules e tribunos, foram criados os

decênviros; também eles rejeitados depois de um ano, novamente os cônsules e os tribunos foram introduzidos. E não raro introduziram ditadores e tribunos militares no seu poder consular. Assim, nenhuma forma única durou longamente e nenhum deles simultaneamente conseguiu chegar à idade dos nobres reinos.

Alguns objetariam, talvez, a república dos Vênetos (Veneza), que enumera em anos mais do que 1100. E nem ela chegou aos anos dos reinos dos Citas ou dos Assírios; ao contrário, nem ao dos Francos, de certo; e, além disso, não é a república de Veneza uma Aristocracia misturada com a Democracia, aquela forma que Calvino louva, mas uma Aristocracia misturada com a Monarquia, de tal maneira que, na sua cidade, não há lugar para a Democracia.

A quinta e última propriedade é a facilidade do governo. Muito, de fato, importa se facilmente ou dificilmente pode-se obter que uma sociedade seja bem governada. Mais facilmente pode-se provar que por um só corretamente uma cidade pode ser regida do que por muitos.

Primeiro: É mais fácil um só homem encontrar o bem do que muitos, de onde que mais facilmente os povos se ordenarão a um só do que a muitos.

Ademais, os magistrados, que por breve tempo administram uma república, são antes mais frequentemente obrigados a deporem a província do que terão conhecido completamente os negócios da república. O rei, porém, que sempre está no mesmo ofício, ainda que de vez em quando seja de inteligência mais lenta, todavia, pelo uso e pela experiência está mais adiante do que muitos outros. Ademais, os magistrados anuais consideram como alheios os negócios da república e não como próprios. O rei, porém, considera o reino como algo seu e próprio, e mais facilmente e também com mais diligencia cuida das próprias coisas do que das alheias. Onde há muitos que reinam dificilmente pode-se fazer que estejam ausentes a emulação, a ambição e a contenda, pelo que não raramente costuma acontecer que alguns impeçam a outros e o façam de tal maneira que aqueles que administram em presença (em ato) a república administrem mal. E isso pelo fato de que uma maior glória vem a eles quando exercem a magistratura. Contudo, o monarca que não tem a quem invejar e com quem contender sobre o governo facilmente modera todas as coisas.

Finalmente, assim como acontece nas famílias, quando muitos servos são designados nos mesmos ministérios, não cuidam diligentemente desses negócios porque um deixa ao outro a província comum, assim também, quando há muitos príncipes na república, um olha para o outro, enquanto cada um rejeita o ônus para os colegas, ninguém satisfatoriamente usa de cuidado diligente para com a cidade. O rei, porém, que sabe que

todas as coisas dependem apenas de si próprio cogita nada negligenciar e até aqui, de fato, está demonstrado que a Monarquia simples de longe está acima da simples Aristocracia.

Agora vamos nos aproximar para provar a segunda proposição.

CAPÍTULO III. QUE A MONARQUIA MESCLADA COM A ARISTOCRACIA E A DEMOCRACIA É MAIS ÚTIL NESTA VIDA DO QUE A MONARQUIA SIMPLES.

A outra proposição era a seguinte: o regime composto de todas as três formas, por causa da corrupção da natureza humana, é mais útil do que a simples monarquia, porque certamente o governo requer isto, que haja de fato na república algum sumo príncipe que impere a todos e a ninguém esteja submetido. Os presidentes, todavia, das províncias ou das cidades, não devem ser vigários do rei ou juízes eleitos anualmente, mas verdadeiros príncipes que obedeçam ao império do sumo príncipe e que, no entanto, moderem a sua província ou cidade não como alheia, mas como própria. Assim terá lugar, na república, tanto uma certa monarquia régia quanto também uma aristocracia dos melhores príncipes. Se a isto se acrescentasse que nem aquele sumo rei nem aqueles príncipes menores adquiririam aquela dignidade por sucessão hereditária, mas pudessem ser trazidos para elas do conjunto dos melhores de todo povo, já haveria também, para esse regime, um certo lugar seu na república atribuído à democracia. Essa seria a melhor e a mais desejável, nesta vida mortal, forma de regime. O que podemos comprovar por dois argumentos.

De fato, em primeiro lugar, esse governo teria todos os bens que acima demonstramos inerir à monarquia; e seria nesta vida mais grato e mais útil. E é manifesto que os bens da monarquia inerem nesse nosso governo porque este governo compreende uma certa monarquia de forma verdadeira e própria; que será mais grata para todos também pode ser visto pelo fato de que todos amam aquele gênero de regime, do qual podem ser participantes; o que sem dúvida é o caso desse nosso, já que ele não é entregue ao gênero, mas sim à virtude.

Sobre a utilidade, porém, não há muito mais o que dizer, sendo certo que não é possível algum homem governar cada uma das províncias ou cidades e, queira ou não queira, que não seja obrigado a demandar uma procuração aos seus vigários, administradores, ou aos seus próprios príncipes. E é novamente certo que os príncipes são muito mais fiéis com as suas coisas do que os vigários com as alheias.

Soma-se a isto um outro argumento que provém da autoridade divina. De fato, Deus instituiu na sua Igreja, tanto do Velho como do Novo Testamento, um regime tal como este que acabamos de descrever. E do Velho Testamento isto é algo que pode ser facilmente provado. O povo dos hebreus sempre teve um único, seja condutor seja juiz,

seja rei, que imperava sobre toda a multidão, coisa que pertence à monarquia. Teve ademais muitos príncipes menores. Assim lemos no Êxodo 18: "Constituiu homens eleitos e fortes de todo Israel como príncipes do povo, como tribunos e como centuriões e quinquagenários e decanos, que julgavam a plebe em todo tempo." Ora, isto pertence à Aristocracia. E, finalmente, de todo povo, não de uma só tribo, eram tomados príncipes, como no mesmo lugar, no Êxodo, capitulo 18, e também no Deuteronômio, capítulo 1, abertamente se depreende. O que de algum modo é da Democracia.

Da Igreja do Novo Testamento o mesmo depois será provado, a saber, haver nela uma monarquia do Sumo Pontífice e dos bispos, que são verdadeiros príncipes e pastores, e não vigários do pontífice máximo, o que é uma aristocracia dos bispos e, finalmente, também nela tem o seu lugar a democracia, já que não há ninguém de toda a multidão cristã que não possa ser chamado ao episcopado se, todavia, for julgado digno de tal função.

CAPÍTULO IV. QUE, AFASTADAS AS OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS, A MONARQUIA SIMPLES É EXCELENTE DE MODO SIMPLES E ABSOLUTO.

Segue-se a terceira proposição, que é a seguinte: desconsideradas outras circunstâncias, a Monarquia está acima de todas as outras formas de governo de modo absoluto e simples. Pois, se antepomos o regime misto entre os homens à simples monarquia por esta causa segundo a qual não pode um único homem estar presente a todos os lugares e necessariamente seja forçado a buscar os negócios da republica pela administração dos seus vigários ou pelos príncipes, certamente excluídas estas circunstâncias e outras do mesmo gênero, não haverá nenhuma razão porque a simples Monarquia não seja preferida às outras formas de governo.

Mas temos, ademais, um outro argumento mais eficaz, posto que a Monarquia simples tem o seu lugar no império de Deus e de Cristo. Devem, de fato, a Deus e a Cristo serem atribuídas as coisas ótimas; portanto, o melhor regime necessariamente deve ser a simples Monarquia. Se alguém quiser negar isto, não vejo como não cairá no erro de Marcião e dos Maniqueus, e também dos Étnicos. Porque, já que o mundo é otimamente governado pelo seu criador, e isto é sem controvérsia, se a Aristocracia for a melhor forma de regime, muitos serão os moderadores deste mundo, e daí se seguira que muitos serão os criadores deste mundo, e muitos primeiros princípios e muitos deuses haverá.

A respeito do que os antigos padres, como S Cipriano, no Tratado da Vaidade dos Ídolos, e S Justino, na oração exortatória, e aos quais também o judeu Filão pode ser acrescentado, no livro da Confusão das Línguas, provam haver um só Deus que rege todas as coisas criadas e moderam, por esse poderosíssimo argumento, porque a Monarquia é o melhor regime. E, também pela mesma causa, Justino e Filão deixaram à posteridade os livros que eles escreveram sobre a Monarquia divina.

Sendo tais coisas assim, não se pode desculpar João Calvino do erro, pois ele, cegado pelo ódio à hierarquia eclesiástica, preferiu a Aristocracia a todas as demais formas de governar, mesmo se por si, e afastadas todas as demais circunstâncias, seja considerada. Estas são, de fato, as suas próprias palavras, no Livro 4 das Institutas, capitulo 20, par. 6: "E se esses próprios estados, afastadas as circunstâncias, tu comparas entre si, não será fácil discernir qual preponderara pela utilidade e, portanto, elas lutam em igualdades de condições". E, pouco depois: "Da mesma forma, se em si forem consideradas aquelas três formas, que colocam os filósofos, de regime, não negaria que o estado aristocrático ou o estado aristocrático moderado juntamente com o estado político democrático é mais excelente do que todos os demais". Isto é o que ele diz.

E tu me dirás: leia o que se segue e encontrarás a solução da tua objeção. Assim, de fato, Calvino acrescenta: "Certamente, isto não ocorre por si pois, na verdade, rarissimamente acontece que os reis de tal maneira se moderem que nunca sua vontade se afasta do justo e do reto. Que decorra daí com quanta agudeza e prudência devem ser instruídos, cada um veja o quanto seja necessário". Faz, portanto, o defeito ou o vício dos homens que seja mais seguro e mais tolerável possuir diversos governantes.

Eu ouço, mas o que dizer da edição do ano de 1554 onde estas palavras não se encontram mais? Mas, me dirás, Calvino devidamente aconselhado, posteriormente emendou seu erro. Eu omito que a tão grande mestre em Israel não fosse levado quem nunca tão gravemente caísse. Vejo, na verdade, que Calvino não poderia ter corrigido seu erro a não ser que ele litigasse consigo mesmo. Pois se, como ele diz, não é fácil discernir qual estado prepondera mesmo se, afastadas as circunstâncias, entre si são comparados; e se, quando são consideradas em si mesmas aquelas três formas de governo que colocam os filósofos, ele indica que a aristocracia é a mais excelente, como é verdadeiro quando, imediatamente em seguida, acrescenta, dizendo "Isto não, de fato, per se etc.". E: "O vicio ou o defeito dos homens faz com que seja mais seguro e mais tolerável ter vários governantes?" Brigam entre si estas coisas a não ser que eu me engane: "Se em si são consideradas aquelas três formas, a Aristocracia é mais excelente". E: "Não é certamente por si mesmo, mas raríssimamente ocorre que os reis não discrepam do reto".

E nem menos lutam essas frases: "Não é possível discernir qual estado prepondera se, afastadas as circunstâncias, fossem considerados." E: "O vício dos homens faz com que a aristocracia seja julgada a mais útil". Pois, afastado o vício dos homens e afastadas todas as demais circunstâncias, ou a Monarquia é mais excelente ou não é mais excelente. Se ela é mais excelente, por que razão será verdadeira aquela frase pela qual "não se pode discernir qual estado prepondera", mesmo se, afastadas as circunstâncias, entre si são comparados? E se a Monarquia não é mais excelente, baseados no quê defenderemos a Monarquia divina contra os Maniqueus e os Étnicos? Mas com isto já nos aproximamos de outra questão.

CAPÍTULO V. COLOCA-SE A SEGUNDA QUESTÃO: SE O REGIME ECLESIÁSTICO DEVA SER MONÁRQUICO.

Tendo sido demonstrado que a Monarquia é o melhor regime, nasce a segunda questão: Se à Igreja de Cristo convém o governo monárquico. E, para que separemos o certo do duvidoso, em três coisas os adversários concordam conosco. A primeira é que na Igreja deve ter algum regime. Como está escrito no 6º capítulo do Cântico dos Cânticos, onde se diz: "Ordenada como um exército em ordem de batalha"; em Atos, 20: "Preocupai-vos convosco e com toda a grei porque o Espírito Santo colocou os bispos para reger a Igreja de Deus"; e na Epístola aos Hebreus, 15: "Obedecei aos vossos prelados".

A segunda é que o regime eclesiástico deve ser espiritual e distinto do político; quando, de fato, Paulo dizia no cap. 12 da Epístola aos Romanos: "quem preside na solicitude" e também na primeira Epístola a Timóteo, capitulo 5: "aqueles que bem governam são dignos de ter uma dupla honra" e outras passagens semelhantes, não existiam ainda ou eram certamente raríssimos na Igreja os príncipes seculares. E essas duas coisas também Calvino ensina no livro das Institutas 4, capítulo 11, parág. 1.

A terceira coisa é que o rei absoluto e livre de toda a Igreja somente pode ser o Cristo, do qual está dito no salmo 2: "Eu, porém, te constitui rei sobre o monte Sião e o seu santo". E Lucas, Capitulo 1, diz: "E o seu reino não terá fim". Portanto, não se questiona, na Igreja, a Monarquia livre e absoluta, ou a Aristocracia, ou a Democracia, mas sim qual pode ser o regime dos ministros e dos dispensadores, dizendo Paulo na I Epístola aos Coríntios, 4: "Assim os homens nos estimem como ministros de Cristo e dispensadores dos mistérios de Deus".

E certamente os adversários estimam que o regime eclesiástico comissionado por Cristo aos homens de nenhum modo deve ser monárquico, mas aristocrático ou democrático. Entretanto, nem mesmo eles estão inteiramente de acordo entre si neste ponto. De fato, Ilírico no Cent. 1, Livro 2, cap. 7, ensina que "ninguém haja na Igreja que presida a todos, mas toda autoridade eclesiástica deve estar tanto nos ministros como no povo". Todavia, no livro sobre a escolha dos bispos, ele atribui a suma potestade à multidão de toda Igreja e estima que a democracia na Igreja tem as primeiras partes, mas a Aristocracia, isto é, à Congregação dos Anciãos (tem) as segundas. Calvino, porém, ao contrário, na obra das Institutas, livro 4, cap. 11, parág. 6, atribui o sumo poder eclesiástico ao conjunto dos anciãos, aos quais quer que um bispo presida, como o cônsul ao Senado. E, ademais, no mesmo lugar, ensina abertamente que maior é a autoridade do conjunto dos anciãos do que a do bispo. Ao povo, porém, Calvino atribui algo, mas menos que ao conjunto dos anciãos. Finalmente, João Brentius, nos prolegômenos contra Pedro de Soto, concede o sumo poder aos melhores, isto é, aos aristocratas, mas ele não quer que sejam bispos, e sim príncipes seculares, os quais afirma que são os mais nobres membros da Igreja.

Entretanto, os doutores católicos concordam, todos eles, no seguinte: que o regime eclesiástico confiado por Deus aos homens seja de fato o monárquico, mas temperado, moderado, como acima dissemos, pela aristocracia e pela democracia. Disto tratam principalmente o bem-aventurado Tomás de Aquino, no quarto livro da Suma contra os Gentios, capítulo 76, João de Turrecrem, no Livro 2, sobre a Igreja, cap. 2, e Nicolau Sanderos, nos livros sobre a monarquia visível da Igreja. Insistindo nos seus passos, trazemos aqui quatro proposições que defenderemos com todas as nossas forças. A primeira será que o regime da Igreja não está principalmente junto ao povo. A segunda, que não está junto aos príncipes seculares; a terceira, que não está maximamente junto aos príncipes eclesiásticos. A quarta é que está principalmente junto a um único sumo presidente e sacerdote de toda Igreja.

CAPÍTULO VI. QUE O GOVERNO DA IGREJA NÃO É UMA DEMOCRACIA.

Portanto, a primeira proposição, que nega ser popular o regime da igreja, pode ser confirmada por esses argumentos. O primeiro parte de quatro coisas que devem inerir em todo governo popular.

Primeiro: onde há o regime popular, os magistrados são constituídos pela própria plebe e da mesma tomam autoridade; não podendo a plebe se estabelecer para declarar, por si, o justo, deve pelo menos constituir outros que em seu nome o façam. A respeito disso Marco Túlio, que era sumo magistrado na república Romana, no início 2 Agr. Consulatum, chama benefício do povo; e no mesmo lugar diz que era costume dos cônsules serem criados pelo sufrágio do povo.

Segundo: onde há o regime popular, o magistrado é chamado pela sentença às coisas mais graves para julgamento do povo. Isto era o costume da República Romana, como está atestado nos livros 2 e 4 de Livius. O mesmo ensina Plutarco sobre a república ateniense no capítulo sobre Sólon.

Terceiro: as leis pelas quais a República é governada são propostas, de fato, por um magistrado, mas são ordenadas pelo povo, como consta no livro 3 de Lívio. E o mesmo pode ser conhecido pela oração de Marco Tulio sobre a lei Manil. e sobre a lei Agr. para o povo romano.

Quarto: os magistrados costumam ser acusados junto ao povo, bem como ser privados da dignidade e ser reportados ao exílio, ou também ser relegados à morte, se assim parece bem ao povo; disto há muitos exemplos. Os romanos, de fato, fizeram isso com os dois primeiros cônsules que eles criaram. Tarquínio Colatino, somente por causa do nome odioso dos tarquínios, foi privado do magistrado antes do tempo, como menciona Lívio no livro 2. O mesmo afirma Lívio no livro 2: tendo (os romanos) criado os decênviros, depois os depuseram contra sua vontade.

Ora, que nada destas coisas convenha ao povo cristão é facílimo demonstrar. E como o primeiro entre os primeiros consta suficientemente manifesto que, em toda a Escritura, não há uma única palavra pela qual se dá autoridade ao povo para criar bispos ou presbíteros.

Há, porém, passagens pelas quais se dá ao bispo uma autoridade desse tipo, como na Epístola a Tito, capítulo 1: "Razão pela qual te deixei em Creta para que constituas pelas cidades presbíteros, como também eu dispus para ti". Em seguida, os apóstolos, que foram os primeiros ministros da Igreja, foram escolhidos e constituídos por Cristo e não pela Igreja, conforme se lê no capítulo 6 de Marcos. Igualmente os primeiros bispos depois dos apóstolos, no tempo em que a Igreja era puríssima, foram feitos não pelo povo, mas pelos apóstolos. Como pode ser entendido pela própria história dos Magdeburgences. Pois na primeira das Centúrias, livro 2, cap. 2 coluna 15, atestam os centuriadores que foram dados pastores em Icônio e Antioquia por Paulo. E no cap.10, coluna 624, ensinam a partir de Nauclero e outros historiadores, que Apolinário de Ravena, Materno de Tréveris e Hermagoro de Aquiléia foram constituídos bispos pelo bem-aventurado Pedro.

Para isto o bem-aventurado Irineu no livro 3, cap. 3, assevera que Lino foi feito bispo pelos apóstolos Pedro e Paulo de Roma. Tertuliano, no livro das três questões, escreve que Clemente foi feito bispo de Roma por Pedro, e Policarpo, de Esmirna, por João. Eusébio, no livro 3, capítulo 4 da história da Igreja, afirma que Timóteo e Tito foram dados como bispos aos efésios e aos cretenses por Paulo. Nicéfor, no livro 3, cap. 4,1 escreve que Platão foi feito bispo pelo apóstolo Mateus em certa cidade dos antropófagos por nome de Mirmena. S. Marcos foi criado bispo pelo bem-aventurado Pedro e mandado a Alexandria, conforme escreve Leão na Epístola 81 para Dóscoro, e Beda, no livro das seis idades para Claudio. Dionísio, o Areopagita, foi constituído bispo de Atenas por Paulo, conforme se depreende por Eusébio no livro 3, cap. 4 da história. E o mesmo clarissimamente assevera Beda no martiriológio. E de muitos outros, se quiséssemos nos dar esse trabalho, facilmente poderíamos mostrar. Sendo tais coisas assim, evidentemente é manifesto que na primeira e puríssima Igreja não havia lugar nenhum para a democracia, já que os magistrados eclesiásticos eram constituídos não pela plebe, mas pelos apóstolos.

Em segundo lugar, convém apelar ao povo da plebe cristã. Nunca, de fato, se ouviu na Igreja que se apelasse dos bispos para o povo, nem para que o povo absolvesse aqueles que os bispos ligaram, nem que ligasse aquilo que os bispos dissolveram; nem também nunca aconteceu que o povo julgasse das controvérsias da fé. E nós, de fato, proferimos muitos julgamentos dos bispos e principalmente dos sumos pontífices que estão nos tomos dos Concílios. E os adversários não podem trazer nesse ponto um único julgamento da plebe. Acrescente-se que são inúmeros os testemunhos das Escrituras, dos Concílios e dos padres pelos quais se prova que de nenhum modo convém à plebe cristã exercer juízos eclesiásticos. O que nós em parte tratamos na questão sobre o julgamento eclesiástico em parte trataremos na questão sobre os Concílios. E, certamente, se na Igreja vigorasse o

estado popular ou a democracia, seria muito de se admirar que em todos esses 1300 anos nunca nada tivesse sido julgado pelo povo dentro da Igreja.

Continuando, o terceiro ponto sobre a legislação muito menos convém à plebe. Todas as leis eclesiásticas, com efeito, são encontradas como tendo sido dadas pelos pontífices ou pelos Concílios, e nunca se esperou para elas o sufrágio do povo, como se desse sufrágio se pensasse que (o povo) tivesse autoridade. É daqui que, nos Atos dos Apóstolos, cap. 15, o bem-aventurado Paulo, passando para a Síria e a Silícia, ordenou ao povo que guardassem os preceitos dos apóstolos e dos anciãos. Nenhuma lei havia que se possa dizer ter sido um plebiscito na Igreja. Tais leis, no entanto, existiam em grande quantidade na República dos romanos.

Finalmente, aquela última proposição sobre o julgamento dos magistrados também não convém a todos. Ninguém poderá mostrar um bispo que foi deposto pelo povo, ou excomungado, embora muitos sejam encontrados depostos pelos sumos pontífices e pelos concílios gerais. Certamente Nestório, deposto pelo Concílio de Constantinopla, pelo Concílio de Éfeso por mandato do Papa Celestino, como atesta Evágrio no Livro I, Cap. 4, e Dióscoro, privado do episcopado de Alexandria pelo Concílio de Calcedônia por mandato de S. Leão: é o que se evidencia a partir do mesmo Concílio, Ato 3, e esta certamente é a primeira razão.

A outra razão é tomada da sabedoria divina. De fato, não se pode acreditar que Cristo, um rei sapientíssimo, tivesse instituído na Sua Igreja aquele regime que é o pior de todos. Com efeito, o pior de todos os regimes é o democrático, conforme ensina Platão em Axiocbo: "Quem", diz ele, "pode se dizer feliz vivendo ao arbítrio do povo? Mesmo que seja favorecido por ele e seja aplaudido etc." E Aristóteles no 8º livro da Ética, capítulo 3, das três formas de reger a multidão declara que a Monarquia é a melhor e que a democracia é a pior. E Plutarco, no capítulo que fala sobre Sólon, refere que, considerando (os povos) da Sita Anarquisida, que na Grécia diziam ser sábios, julgou-os estultos: porque se diziam seguramente oradores e o povo julgava. Também nos Apofitegamos diz que Licurgo, ao ser interrogado sobre por que Esparta não instituía a Democracia, ele tenha respondido ao que perguntava que primeiro ele deveria instituir a Democracia na sua própria casa.

Entre os nossos, S. Ambrósio, no Livro 5 Hexam. Cap. 21, diz sobre a multidão do vulgo: "Não se caracteriza pelo mérito das virtudes nem combina com o proveito da utilidade pública, mas muda pela incerteza da mobilidade." S. Jerônimo, no cap. 21 de S Mateus, diz que a turba é sempre volúvel e não persiste nos propósitos da vontade; e é conduzida nos seus costumes pelo flutuar de diversos ventos, daqui para ali.

S. João Crisóstomo, na segunda homilia em S João, define o povo como um certo tumulto cheio de perturbação, constituído em parte de uma grande estultícia e composto temerariamente à semelhança das ondas do mar, frequentemente adotando sentenças em grande número, variadas e conflitantes entre si. E, depois de dizer tudo isso, acrescenta: "Quem, portanto, é obrigado a servir a este senhor, este homem certamente não é o mais miserável de todos eles?" A razão também segue o mesmo partido: pois não pode ser senão o pior de todos os regimes aquele onde os sábios são regidos pelos estultos, os entendidos pelos ignorantes e os bons pelos maus. Ora, este é o regime democrático. Porque, onde vigora a democracia, todas as coisas são estabelecidas pelo sufrágio de todos. Consta, de fato, que sempre a maioria é mais dos estultos do que dos sábios, dos maus do que dos bons, e dos ignorantes do que dos experientes.

Confirmando isto, como ensina Aristóteles no livro da I da Política, cap. 1 e 3, aqueles que se sobressaem pelo engenho, esses naturalmente são senhores dos demais, que são mais retardados; e, como diz também S Agostinho, no livro sobre a utilidade de crer, cap, 12, "é melhor que os homens estultos vivam de tal maneira que possam ser servos dos mais sábios". Quem não vê quanta perturbação da ordem haverá se se permitir que os governos da República sejam dados à multidão do povo?

Finalmente, se o povo tivesse alguma autoridade para governar a Igreja, ou a teriam por si ou por outro. Não, porém, por si porque não é de direito natural ou das gentes esse poder, mas de direito divino e sobrenatural. De fato, não é semelhante ao poder civil, que está no povo, a não ser que do povo seja transferida ao príncipe. Nem a possui o povo a partir de outro: deveria tê-lo, de fato, a partir de Deus, se o tivesse de outro, mas de Deus não o tem, posto que no Livro de Deus, isto é, nas Sagradas Letras, nunca se entrega ao povo o poder de ensinar, de apascentar, de reger, de ligar, de desligar, mas sempre o povo é chamado de grei, que deve ser pastoreada. A Pedro, porém, se diz: "Apascenta as minhas ovelhas", como está escrito no último cap. de S João. E nos Atos, 20, o Espírito Santo colocou os bispos para reger a Igreja de Deus. Temos, portanto, que não é popular o governo da Igreja.

Mas contra essa proposição há três argumentos. O primeiro é tomado daquelas palavras constantes em Mateus, 18: "Diga à Igreja"; onde parece que o sumo tribunal da Igreja está constituído junto à multidão dos fiéis.

Respondemos: aquele "diga-o à Igreja" significa "leve ao julgamento público da Igreja", isto é, àqueles que administram a pessoa pública na Igreja. Assim, de fato, expõe Crisóstomo: "diga-o à Igreja", isto é, aos prelados. O que também sadiamente confirma o costume da Igreja. De fato, nunca vimos nem ouvimos que algum criminoso tivesse exposto a sua causa junto à multidão do povo. Mas quem junto aos bispos trouxe a causa, frequentemente vimos e frequentemente ouvimos.

Um outro argumento é trazido do capítulo 1 e 6 dos Atos dos Apóstolos. Pois no capítulo I, toda a Igreja escolheu Matias; e no capítulo 6, a mesma Igreja elegeu 7 diáconos; e os Padres ensinam tranquilamente que a eleição dos bispos pertence ao povo.

Respondemos: sobre a eleição dos ministros, em outro lugar deverá ser discutido por nós. Enquanto isso, porém, negamos a partir daquele direito de que, se alguma vez o povo teve algo a ver com a eleição dos ministros, isto de nenhum modo prova haver democracia na Igreja. Posto que o povo não ordenou nunca, nem criou os ministros, nem lhes atribuiu nenhum poder, mas apenas os nomeou e designou, ou, como os antigos falam, os postulou aqueles que desejava que, pela imposição das mãos dos bispos, fossem ordenados. Pelo que, nos Atos dos Apóstolos, cap. 6, dizem os apóstolos: "Considerai sete homens de bom testemunho, que constituamos sobre esta obra". Ali apenas atribuem ao povo que busque e ofereça algumas pessoas idôneas para esse serviço; mas, uma vez oferecidos ao apóstolo, não foi o povo que os criou diáconos. O que também ensina S. Cipriano, no livro 3, Epístola 9: "O Senhor elegeu", diz, "os apóstolos; os apóstolos constituíram os diáconos junto para si".

Ademais, quando também o povo verdadeiramente tivesse criado os bispos, não haveria continuamente um regime eclesiástico sobretudo democrático. Porque, para que haja algum regime democrático, requer-se que o povo certamente constitua os magistrados, mas muitas outras coisas se requerem, e apenas isso não é suficiente por si. De fato, os primeiros reis são eleitos pelo povo e, todavia, o seu regime é monárquico e não democrático.

Pela mesma razão, os imperadores romanos eram eleitos outrora pelos militares e agora são escolhidos por alguns príncipes; e, no entanto, o império pertence à monarquia e não à democracia. Para que, de fato, fosse democracia, seria necessário que, feita a eleição do príncipe, houvesse no povo ainda maior autoridade do que no príncipe e que de uma sentença do príncipe se pudesse apelar ao julgamento do povo. Isso não ocorre na Igreja, assim como no reino, ou no império dos romanos. Coisa que tendo entendido o velho Valenciano, como explica Sozomenos no livro 6, cap. 6, quando a ele os soldados queriam dar um colega no império, respondeu: "Escolher-me para imperador estava em vosso poder; mas uma vez que já fui eleito por vós, não mais está no vosso poder, mas no meu escolher o consorte do império que estais pedindo".

O terceiro argumento é pedido pela autoridade dos santos Cipriano e Ambrósio. Cipriano, no livro 3, Epístola 14, escrevendo aos presbíteros e aos diáconos sobre alguns irmãos turbulentos, diz: "Enquanto isso, sejam proibidos de oferecer, de demandar, seja junto a nós, seja junto à plebe, toda causa sua etc." Ambrósio, na Epístola 32, falando do julgamento da fé: i, diz, "julgou". E do mesmo modo: "Auxêncio fugiu do vosso exame".

Respondo: que S. Cipriano se acostumou a levar todos os principais negócios para tratar diante do clero e do povo, e nada fazer sem o seu consenso. Essas coisas ele fazia espontaneamente por si mesmo, não obrigado por nenhuma lei, como é evidente na Epístola 3 do livro 10, onde diz: "Quando, desde o início, estabeleci o meu episcopado, nada sem o vosso conselho e sem o conselho do povo administrei com uma sentença minha particular". E não por causa disso Cipriano era submetido ao seu clero e ao seu povo. De modo que nem o rei Assuero era submetido àqueles homens sábios, cujo conselho seguia, como lemos no livro de Ester, cap.1, e quando também Cipriano espontaneamente se submetia ao clero e ao povo, isto não é de nenhum modo para crer que estivesse prescrevendo uma lei para sempre a toda a Igreja.

No que diz respeito a S. Ambrósio, naquela passagem, ele fala de um julgamento particular, pelo qual qualquer um estabeleceu para si o que deve seguir, não do julgamento público, que tem autoridade de obrigar aos outros. O que, pelas palavras do mesmo Ambrósio, pode ser entendido; assim, de fato, ele disse no mesmo lugar: "Que os que estão com o povo venham inteiramente para a Igreja, que ouçam, não de tal maneira que cada um se considere juiz, mas de modo a que cada um de seu afeto faça um exame e escolha aquilo que deve seguir." Veja outras coisas que podem compor com esta passagem no livro 1º sobre os Concílios, capítulos 19 e 20.

CAPÍTULO VII. QUE NÃO EXISTE UM REGIME ECLESIÁSTICO EM PODER DOS PRÍNCIPES SECULARES.

A outra proposição que nega pertencer aos príncipes seculares o regime da Igreja combate os dois erros de Brento. O primeiro erro de Brento é que os melhores da Igreja são os príncipes seculares. Deprecia, porém, de tal maneira os bispos que ele quer que eles sejam escravos dos príncipes. O segundo erro é que a estes melhores pertencem principalmente o cuidado e o governo da Igreja. Estes erros também os tiveram Henrique VIII, rei da Inglaterra. Ele, de fato, se constituiu cabeça da Igreja Anglicana. E do mesmo modo considerou nos seus ditos deverem ser os demais príncipes cabeças supremas da Igreja.

E o primeiro desses erros facilmente é refutado. Em primeiro lugar, a partir daquelas palavras proféticas do salmo 44: "Em favor dos teus pais nasceram para ti filhos, faze-os príncipes sobre toda terra".

Assim, de fato, o bem-aventurado Agostinho interpreta esta passagem: "em favor dos pais, isto é, dos apóstolos, nasceram filhos, isto é, muitos fiéis, que Deus fez bispos e, deste modo, príncipes sobre toda terra." E Santo Hierão, quanto à mesma passagem, diz: "Foram, ó Igreja, teus pais os apóstolos, porque eles te geraram; agora, porém, porque aqueles deixaram o mundo, tens a favor deles filhos, que são os bispos". E logo a seguir: "Os príncipes da Igreja, isto é, os bispos, foram constituídos". Nem muito diversamente expõem os padres gregos, Crisóstomo e Teodoreto: que os príncipes entendem por pais os patriarcas; por filhos os apóstolos. A mesma coisa diz o Apóstolo na I Epístola aos

Coríntios, cap. 2 e na epístola aos Efésios, cap. 4: "Deus colocou em primeiro lugar, na Igreja, os apóstolos; em segundo, os profetas; e em terceiro, os doutores".

Se os primeiros são os apóstolos, que foram bispos e aos quais os bispos sucedem, certamente os primeiros não são reis e príncipes seculares. Ao contrário, como corretamente observou S. João Damasceno no segundo Sermão a favor das imagens, o Apóstolos não somente não colocou os reis em primeiro lugar, mas em nenhum outro lugar, para indicar que os reis não são magistrados da Igreja, mas são apenas magistrados do mundo.

O segundo erro é refutado pelos Santos Padres. Inácio, no capítulo 7 da Epístola aos Esmirnenses, dia que nada é mais honorável do que o bispo na Igreja.

E acrescenta: "A primeira honra deve ser dada a Deus; a segunda, ao bispo; a terceira, ao rei". E Gregório Nazianzeno, no Sermão para os cidadãos abatidos pelo temor; João Crisóstomo, no livro 3 sobre o sacerdócio e na homilia 4 sobre o capítulo 6 de Isaías, e Ambrósio no livro sobre a dignidade do sacerdócio, cap. 2, antepõem clarissimamente o bispo ao rei.

E também João Crisóstomo, na homilia 83 sobre o evangelho de Mateus: não somente submete os reis aos bispos, mas também aos diáconos. Assim, de fato, fala ao seu diácono: "Se o governante, qualquer que ele seja, cônsul ou qualquer que esteja ornamentado com o diadema, indignamente se aproximar, coíbe-o o ordena-lhe. Tu, efeito, tens maior poder do que ele." E Agostinho, na homilia sobre o salmo 98, prova que Moisés foi sacerdote pelo fato de ser o maior, e nada é maior do que o sacerdote. E Gelásio, na Epístola a Atanásio, diz: "Fica sabendo, filho clementíssimo, que ainda que te seja lícito presidir o gênero humano pela dignidade das coisas terrenas, todavia aos que administram as coisas divinas submete o teu pescoço devotamente." E, mais adiante: "Fica sabendo que tu mais deves submeter-te à ordem da religião do que presidi-la. Fica sabendo também que deles depende o julgamento sobre ti, que eles não podem ser conduzidos pela tua vontade."

Gregório, no 13º livro das Moralia, cap. 19, sustenta que os primeiros membros no corpo do Senhor são os sacerdotes. E, no livro 4 da Epístola 31 a Maurício, ensina que os sacerdotes são como deuses entre os homens, e por causa disto devem ser honrados por todos, inclusive pelos reis; o que também ensina e prova Nicolau I, na Epístola a Miguel.

O terceiro responde-se pelos gestos dos bispos e dos reis. Pois o Papa Fabiano excluiu o primeiro imperador cristão, Felipe, da comunhão do Sacramento do altar no dia de Páscoa, por causa de certos pecados públicos de sua parte. E nem o admitiu antes que ele tivesse se purgado dos pecados pela confissão e pela penitência. Escreve isto Eusébio no

livro 6, capítulo 25 da história da Igreja. Também Constantino abertamente professou que não poderiam julgar os bispos como se fossem verdadeiramente deuses; mas, ao contrário, que ele de preferência se submeteria ao julgamento deles. Escreve Rufino no livro 1, cap. 2 da História da Igreja.

O bem-aventurado Ambrósio expulsou Teodósio, o Velho, do limite da Igreja, e o obrigou a submeter-se a uma penitência pública; depois, querendo o imperador subir na Igreja até o lugar dos sacerdotes e sentar-se junto com eles, ordenou-lhe Ambrósio que descesse, e permanecesse com o povo; o que ele fez de boa vontade. Escreve isto Teodoreto no 5º livro da História da Igreja, capítulo 17.

Finalmente, sentando-se o imperador Máximo num banquete no qual se sentava também o bem aventurado Martinho, e o copeiro querendo oferecer o primeiro cálice ao imperador como ao mais nobre entre todos os demais, ele o enviou ao bispo, que não recusou, mas bebeu primeiro, e depois não entregou o cálice ao imperador, mas ao seu presbítero, não considerando que houvesse alguém mais digno que este presbítero, a saber, que pudesse beber depois dele próprio; e nem teria sido íntegro se ele tivesse dado precedência ao rei ou àqueles que eram próximos ao rei, como escreve Sulpício na vida de S. Martinho.

Finalmente, refuta-se o mesmo erro por uma dupla razão. Em primeiro lugar, o bispo unge o rei, ensina-o, liga-o, absolve-o e o abençoa, diz o apóstolo na Epístola aos Hebreus, cap. 7. Sem contradição, é o menor que é abençoado pelo melhor.

Ademais, o principado secular é instituído pelos homens e é do direito dos gentios, mas o principado eclesiástico é instituído somente por Deus e é de direito divino. Aquele rege os homens na medida em que são homens, e mais em razão dos corpos do que em razão das almas. Este, porém, rege os homens na medida em que são cristãos, e mais em razão das almas do que em razão dos corpos. Aquele tem por finalidade a paz temporal e o bem-estar do povo. Este tem por objetivo a felicidade eterna. Aquele usa das leis naturais e das instituições humanas. Este usa das leis divinas e dos sacramentos devidamente instituídos. Aquele administra as guerras com poucos inimigos e visíveis. Este administra as guerras com inimigos invisíveis e infinitos.

Contrariamente, porém, objeta Brento. Os bispos são servos da Igreja, conforme diz II Coríntios, cap. 4: "Nós não pregamos a nós mesmos, mas a Jesus Cristo. Nós, porém, somos vossos servos por Jesus". Portanto, quanto mais os bispos serão servos dos reis, principalmente se dos reis diz o bem-aventurado Pedro na I Epístola, cap. 2: "Estais sujeitos a toda criatura humana por causa de Deus, ou ao rei, na medida em que ele tem maior excelência, ou aos governadores, na medida em que são enviados por ele".

Respondo: há um duplo gênero de servidão. Todos, de fato, que trabalham para a comodidade de outro são ditos que servem a este outro. Mas alguns trabalham e servem ao outro governando-o e presidindo sobre ele. Alguns, porém, trabalham e servem obedecendo e se sujeitando. Esses tais são propriamente escravos. Os bispos, porém, são servos da Igreja, mas do primeiro modo. Assim como também o magistrado serve à República e o rei serve ao povo, se ele for rei e não um tirano. E o pai serve aos filhos, e o mestre serve aos discípulos.

Pelo que o bem-aventurado Paulo, em I Coríntios, cap. 4, dos que se dissera servo, diz que deles é pai: "Pelo Evangelho eu vos gerei." E acrescenta: "Que quereis? Que eu venha com um chicote ou que eu venha na caridade e no espírito de mansidão?" E, em Hebreus 13: "Obedecei aos vossos prelados e submetei-vos a eles." E no cap. 20 dos Atos dos Apóstolos: "O Espírito Santo colocou os bispos para reger a Igreja de Deus." Por essa razão, o bem-aventurado Gregório se chamava a si mesmo de servo dos servos de Deus. E o bem-aventurado Agostinho, no livro 9 das Confissões, no último capítulo, diz: "Inspira, Senhor, aos teus servos, meus irmãos, aos teus filhos, meus senhores, aos quais pela voz., pelo coração e pelos escritos eu sirvo." E o bem aventurado Bernardo, no segundo livro das Considerações diz que tendo sido Eugenio elevado ao pontificado, foi elevado acima dos povos e dos reinos, mas para servir e não para dominar.

E dizes: os reis são reis também na Igreja e a eles os cristãos devem estar submetidos como a pessoas mais excelentes. Isto é verdade, de fato, mas nas coisas somente que pertencem ao estado político. Os reis cristãos estão acima dos homens cristãos, porém não como cristãos, mas na medida em que são homens; assim como, também, estão acima dos judeus e dos turcos enquanto presidem, mas como a homens políticos, porque como cristãos são ovelhas submetidas aos bispos pastores. Como S. Gregório Nazianzeno ensina no livro aos cidadãos percutidos pelo temor. E como diz S. Ambrósio na oração das coisas a serem entregues a Basílio, nada mais honorável pode ser dito do que dizer que o imperador seja filho da Igreja. O imperador bom de fato está dentro da Igreja, e não acima da Igreja.

Depois disso, o erro de Brento, a partir das coisas que foram ditas, é facilmente refutado. Se, com efeito, os príncipes não são os melhores da Igreja, a eles não pertence a Aristocracia da Igreja. Mas podem acrescentar-se, ademais, os seguintes argumentos: primeiramente, o regime da Igreja é sobrenatural. A ninguém, de fato convém, a não ser àquele a quem Deus confiou. Lemos, porém, nas Escrituras que é confiado aos apóstolos e aos bispos, seus sucessores. Pois a Pedro apóstolo foi dito: "apascenta as minhas ovelhas". Isto está no último capítulo de João. E dos bispos está escrito, no 20º cap. dos Atos: "Àqueles que Deus colocou bispos compete reger a Igreja de Deus." Dos reis, entretanto, nada desse tipo nunca se lê.

Finalmente, até os anos 300, não houve na Igreja nenhum príncipe secular, exceto apenas o imperador Felipe, que sobreviveu por um brevíssimo tempo, e talvez algum outro nas Províncias não submetidas ao império Romano. E, todavia, foi a mesma Igreja que agora é, e que tinha a mesma forma de regime. Portanto, não pode ser que os príncipes do século rejam a Igreja de Cristo.

Ademais, aqueles que têm o sumo poder na república podem tudo o que os magistrados inferiores podem. Quem, de fato, poderia proibir o rei se quisesse reconhecer e julgar aquelas causas que são atribuídas aos vice-reis, e aos pretores, e aos juízes menores? E, no entanto, não podem os reis usurpar para si o ofício dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos, qual seja: pregar a palavra de Deus, batizar, consagrar etc. Portanto, não são os reis os supremos magistrados da Igreja.

Assim provamos que os reis não podem invadir os ofícios dos sacerdotes. Em primeiro lugar os reis não apenas são homens. Mas também podem ser mulheres. E às mulheres o apóstolo proíbe ensinar publicamente, em I Coríntios, cap.14 e I Timóteo, cap. 2. Pepucita de Epifânio, cap. 49 e Agostinho no cap. 27 de Contra os Hereges enumeram entre os heréticos aqueles que confiam o sacerdócio entre as mulheres.

Finalmente, em no Segundo Livro dos Paralipômenos, verso 19, Josafá, o melhor rei, diz: "Amarias, sacerdote e pontífice, presidirá sobre as coisas que pertencem a Deus: mas Zabadias presidirá sobre os negócios que pertencem ao ofício do rei." E no segundo livro dos Paralipômenos, cap. 26, quando o rei Osias queria ofertar incenso, o pontífice o proibiu, dizendo: "Não é teu ofício, Osias, que ofereças incenso ao Senhor, mas dos sacerdotes". Como ele insistisse, em seguida ele foi atacado divinamente por uma gravíssima lepra. Ora, se no Velho Testamento não poda o rei exercer o ofício de sacerdotes, muito menos no Novo, onde os ofícios sacerdotais são muito mais augustos.

Também no Sínodo Matisconense, no cânone 9, no Concílio Milevitano, cânone19, e no Concílio Toledano, cap. 3, Cen.13, são punidos gravissimamente os clérigos que levam a causa da Igreja ao juiz secular. E Ambrósio, na Epístola 33 à irmã, diz ter dito a Valentiniano: "Não queiras manchar-te, imperador, considerando que algum direito imperial tenhas nas coisas que são divinas. Foi-te confiado o direito das muralhas públicas, não das sagradas". Da mesma maneira, o mesmo Ambrósio teria dito ao imperador Teodósio: "A púrpura não faz os imperadores sacerdotes". Refere Teodoreto, no livro 5, cap. 18 da sua história da Igreja, que também escreve, no livro 4, cap, 18 que um certo Eulógio, quando Modesto, prefeito do imperador Valente Ariano, disse: "Une-te ao imperador", teria respondido: "Por acaso ele, ao alcançar o império, também alcançou o pontificado?"

Atanásio também, na Epístola aos que vivem uma vida solitária, repreendeu Constâncio por ele ter se imiscuído nas coisas eclesiásticas. E acrescenta que Osio, bispo de Córdoba, teria dito ao mesmo: "Não nos ordene neste tipo de coisa, mas preferivelmente aprende-as de nós. A ti, de fato, Deus concedeu o império, a nós entregou as coisas que são da Igreja." Coisas semelhantes o mesmo Constâncio disse ao bispo Leôncio, conforme atesta Esvidas na voz de Leôncio. Sulpício, no livro 2 da história sagrada, refere que São Martinho disse ao maior imperador: "Que as causas da Igreja sejam julgadas pelo juiz secular é uma coisa ímpia, nova e inédita nunca ouvida".

O bem aventurado Agostinho, nas cartas 48, 50 e 165, ensina que a função dos reis piedosos é defender a Igreja, obrigar os blasfemos, os sacrílegos e os heréticos condenados pela Igreja, mas no mesmo lugar repreende os Donatistas que tinham entregado a causa episcopal não aos demais bispos, mas ao rei terreno para ser julgada. S. Gregório, no livro 5, Epístola 123, falando do imperador Maurício, diz: "É sabido que os mais piedosos senhores amam a disciplina, observam a ordem, veneram os cânones e não se misturam às causas sacerdotais". O mesmo prolixamente ensina João Damasceno, na I e II oração pelas imagens. E, finalmente, Basílio, o imperador, no 8º sínodo pelo continente, assevera que nem a si nem a nenhum leigo é lícito tratar de negócio sacerdotais. A mesma coisa professou Valentiniano, o Velho, conforme é atestado por Sozomeno no livro 6, cap. 7.

Os argumentos de Brento são tomados dos exemplos do Velho Testamento, onde lemos que Moisés, Josué, Davi, Salomão, Josias, que eram governadores ou reis, frequentemente se misturavam nos negócios da religião. Acrescenta também Brento, na confirmação do argumento, que aos reis é confiado por Deus a custódia da lei divina e, por isso, pertence a eles o cuidado da Igreja. Assim, de fato, diz o apóstolo no cap. 13 da Epístola aos Romanos: "Não sem causa possui a espada. É, de fato, ministro de Deus e vingador na ira para aquele que age mal."

Respondemos: Moisés não somente foi chefe, mas também foi sumo sacerdote, como está demonstrado na questão das controvérsias do juiz, no livro3 da palavra de Deus. Os demais, porém, às vezes agiram por uma autoridade extraordinária, não tanto como reis, mas como profetas. Mas não por causa disso deveria ser destruída aquela lei do Deuteronômio segundo a qual ordinariamente, nas dúvidas de religião, os homens se voltavam não para o rei, mas para o sacerdote do gênero dos levitas, como está escrito no Deut. Cap.17. Acerca do que, acima dizíamos, o rei Osias foi punido pela lepra porque tomou para si o serviço do sacerdote.

Para a confirmação, porém, respondemos: Os reis devem ser guardas das leis divinas, mas não intérpretes; pertence a eles, de fato, através de editos e das penas, impedir as blasfêmias, as heresias e os sacrilégios. Quais são porem os hereges, e contra os quais, e qual a fé ortodoxa, isto eles devem aprender dos bispos, o que fizeram os imperadores

piedosos, como Constantino, Valentiniano, Graciano, Teodósio, Marciano e que pode ser conhecido pelo próprio códice no livro I para todos os povos com o título De Summa Trinitate et Fidei Catholica, e em todo o título sobre os hereges. Veja mais coisas na questão sobre as controvérsias do juiz e na questão sobre quem deve presidir o Concílio Geral.

CAPÍTULO VIII. QUE O REGIME ECLESIÁSTICO NÃO ESTÁ PRINCIPALMENTE COM OS BISPOS.

Segue-se a terceira proposição. Que o regime da Igreja não está principalmente junto aos bispos e aos presbíteros, contra os dois erros que Calvino ensina. O primeiro erro de Calvino é que os bispos e os presbíteros pelo direito divino são iguais. O outro erro, porém, é que na Assembleia dos Anciãos reside o supremo poder da Igreja. Erro no qual esteve também João Hus, como pode ser inteligido nos artigos 27, 28 e 29, condenados pelo Concílio Constantiense na sessão 15.

E o primeiro erro é refutado mais comodamente naquela disputa que sobre os clérigos faremos no seu devido lugar. Será suficiente, porém, nesse ínterim, que o primeiro erro seja refutado pelo posterior; já que estes dois erros entre si são contraditórios. Se, de fato, a Igreja deve ser regida pelos mais excelentes, isto é, pela assembleia dos anciãos, ou entre estes anciãos são incluídos apenas os bispos que são verdadeiramente os melhores da Igreja, ou são incluídos também os presbíteros. Se somente os bispos são incluídos, segue-se que os presbíteros não são iguais aos bispos nem são os melhores e, com isso, se refuta o primeiro erro de Calvino. Se, porém, os presbíteros são incluídos, segue-se que a Igreja não é regida pelos melhores, assim como pela Assembleia dos Anciãos, que era o segundo erro de Calvino.

Consta, de fato, nos Concílios Gerais, nos quais se trata da administração de toda Igreja, e onde as leis, pelas quais a Igreja é regida, são instituídas ou revogadas, nunca ter havido presbíteros com autoridade para definir, a não ser que fossem legados e que estivessem ocupando o lugar de alguns dos bispos. O que não é um trabalho maior para se provar do que verificar as atas dos Concílios que ainda existem.

Já, porém, o erro posterior, cujo lugar próprio é este, pode ser refutado por estas razões: primeiramente, nunca se lê nas Sagradas Escrituras ter sido conferido o sumo poder ao conselho dos sacerdotes. De fato, qualquer autoridade aos apóstolos e aos demais discípulos foi concedida por Cristo não somente a todos, mas também a cada um dos singulares foi concedida. Nem para exercê-la era necessário o trabalho do Concílio. Cada um dos apóstolos singularmente podia, como também agora cada um dos bispos, efetivamente, sem dúvida, ensinar, batizar, ligar, desligar, ordenar ministros etc...

Somente existe um lugar, em Mateus, cap.18, onde se concede algum Concílio como está dito: "onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estarei eu no meio deles". E nem aqui se explica qual é o poder do Concílio, se é sumo, ou médio, ou ínfimo; e o próprio Calvino, contra o qual principalmente disputamos, no livro 4 das Institutas, cap.9, par. 2, não faz esta passagem do Evangelho de tão grande valor no sentido de que diga que ele de nenhum modo corresponde a qualquer assembleia particular menos do que ao Concílio Universal. Portanto, não há motivo para que trabalhemos muito, neste momento, sobre essa passagem.

Em segundo lugar, se o regime sumo da Igreja estivesse junto aos melhores, seguir-se-ia que a Igreja sempre careceria de reitores. E na maioria das vezes não haveria ninguém a quem seria confiado o cuidado do bem comum. Pelo que a república eclesiástica seria a mais mísera de todas. Os melhores, de fato, sendo iguais entre si, não podem administrar o bem comum, como é evidente, a não ser que estivessem congregados, ou escolhessem um magistrado por consenso comum, ao qual todos obedeceriam, assim como os romanos escolhiam os seus cônsules.

E na Igreja rarissimamente se congregam os melhores para o concílio geral. De fato, nos primeiros 300 anos, não houve nenhuma congregação geral. Depois, dificilmente, a cada 100 anos. Quanto ao magistrado, porém, ao qual a Igreja Universal obedeceria pelo menos durante algum tempo, estes melhores nunca criaram nenhum. Pois se tivessem criado algum, este maximamente teria sido um dos primeiros cinco patriarcas, que foram sempre eminentes entre os demais na Igreja. E que o patriarca romano nunca tenha tido esse poder os adversários disputam: sobre os outros quatro a coisa é certíssima. Nunca, de fato, o patriarca de Alexandria teve algum direito fora do Egito. Nem os outros fora de suas regiões.

Pelo que S. Jerônimo, na Epístola a Pammach contra João, bispo de Jerusalém, diz: "Responde-me, o que pertence ao bispo de Alexandria da Palestina?" E Crisóstomo, na I Epístola a Inocêncio I, gravemente pergunta sobre Teófilo, patriarca alexandrino, o qual se imiscuía nos negócios eclesiásticos fora da sua província: "Nem é justo, de fato", diz ele, "que aqueles que estão no Egito julguem aqueles que estão na Trácia."

Quem não vê o quanto isso é absurdo, que a Igreja Católica, que é tão una que nas Sagradas Escrituras é dita ser uma só sociedade, uma só casa, um só corpo, não tenha na terra alguém que tenha o cuidado dela própria? Porque se as igrejas particulares não estivessem coligadas entre si de tal maneira que formassem um só corpo, seria suficiente a cada um o seu reitor. Agora, porém, não mais podem carecer de algum reitor único do que poderia uma só grei carecer de um só pastor, e um só corpo carecer da sua cabeça.

Em terceiro, se o sumo poder estivesse na assembleia dos melhores, o Concílio mais numeroso coagiria mais pelo fato de que teria maior autoridade, e nunca poderia acontecer que ao Concilio menor se atribuísse mais do que ao maior.

Porém, o Concílio Ariminense, de 600 bispos, nunca teve nenhuma autoridade na Igreja Católica. Porém, o primeiro Concílio de Constantinopla, com 150 bispos, sempre foi da maior autoridade. E nós, católicos, damos a causa desta coisa, qual seja, que aquele foi reprovado pelo sumo pontífice, no qual está a suma potestade da Igreja. Este outro, porém, foi confirmado; aqueles, porém, que atribuem a suma potestade aos melhores nenhuma causa podem alegar pela qual o concílio Ariminense foi condenado e o de Constantinopla foi abraçado. E dizem: "O Concílio Ariminense errou, mas não o de Constantinopla; por causa disso abraçamos este e condenamos aquele." Mas o que é isto senão fazer-se juiz dos Concílios e de toda Igreja?

Em quarto, embora a democracia seja absolutamente o pior regime, todavia para a Igreja pareceria ser mais perniciosa a aristocracia. De fato, o sumo mal da Igreja é a heresia. Os hereges, porém, normalmente surgem mais entre os melhores do que entre os homens do povo. Certamente, quase todos os heresiarcas foram ou bispos ou presbíteros. De fato, os hereges são como que certas facções dos melhores, sem os quais não haveria na Igreja sedições dos povos. As facções, porém, nunca se originam mais facilmente e mais frequentemente que quando regem os melhores, de tal maneira que isto pode se comprovar não só pela experiência e pelo testemunho dos filósofos, mas também pela própria confissão de Calvino, no livro 4 das Instituições, cap. 20, par 8.

Mas objeta-se com 3 testemunhas das Escrituras, às quais se acrescentam três testemunhas dos Santos Padres. O primeiro é o cap. 15 dos Atos dos Apóstolos, onde lemos que a primeira controvérsia originada na Igreja não foi definida por algum sumo juiz, mas pela assembleia dos apóstolos e dos anciãos. Diz Lucas que se reuniram os apóstolos e os anciãos para examinar sobre esta palavra.

Respondo que daqui nenhum argumento pode ser tomado a favor de afirmar a aristocracia. Posto que, naquele Concílio, a primeira questão foi definida onde presidia Pedro, e Pedro era a cabeça. Nem Pedro ousaria falar em primeiro lugar numa diocese alheia, estando presente o bispo Jacó, a não ser que ele estivesse presidindo a todo conselho. E não repugna à monarquia que, numa reunião pública, algo seja estabelecido pelo conselho e consenso geral dos príncipes, assim como costuma ser feito hoje em dia nos comícios imperiais.

O outro testemunho é do cap. 20 dos Atos dos Apóstolos, onde o bem-aventurado Paulo admoesta aos bispos com estas palavras: "Atendei a vós e a toda grei, na qual o Espírito Santo vos colocou como bispos para reger a Igreja de Deus".

O terceiro testemunho é a primeira epístola de Pedro, cap. 5, onde o bem-aventurado Pedro fala desta maneira: "Aos anciãos que estão entre vós eu rogo, como ancião e testemunha da paixão de Cristo, apascentai o rebanho de Deus que está junto a vós."

Respondo: em nenhum destes lugares algo se prova; nem, de fato, negamos aos bispos e aos presbíteros convir que apascentem a Igreja de Deus e a governem, mas a questão nossa é o sumo poder de toda Igreja: se ele está na assembleia dos ministros ou em um só homem? Questão esta que, nesses lugares, nem Paulo nem Pedro alcança. Mas somente admoestam os bispos para que, em relação aos povos a si sujeitos, exerçam com afinco o múnus pastoral.

Já entre os Santos Padres, a primeira passagem é citada de Cipriano que, no Livro 3 da epístola 19 ao seu clero, assim escreve: "Esta coisa que diz respeito à sentença e ao conselho de todos nós não quero prejudicar e não ouso atribuí-la, toda ela, somente a mim". Respondo: Cipriano não o ousou por causa de que espontaneamente se coibiu a si mesmo pois, tendo recebido o episcopado, estabeleceu que não faria nada sem o conselho do clero e do povo, como no livro 3 da epístola 10 acima citamos.

Citam também S. Ambrósio que, no 5º cap. do Comentário à I Epístola a Timóteo, assim fala: "E a sinagoga, e depois a Igreja, teve os anciãos, sem cujo concílio nada se fazia."

Respondo que a aristocracia eclesiástica não pode ser mais provada por essas palavras do que se prova pelo concílio régio que não há nos reinos nenhuma monarquia. Certamente Salomão, em 3 Reis, cap.12, tinha uma assembleia de anciãos por conselheiros. E Assuero, no I livro de Ester, usava da sabedoria do conselho dos sábios em todas as coisas; nem por isso, todavia, deixavam de ser reis. Ademais, que os bispos antigos não fizessem nada sem o concílio dos presbíteros foi algo útil e salutar, nem todavia teria sido necessário, ou pode-se entender por isto, que a Igreja, no tempo de S. Ambrósio, não lamentava nem se perdia profundamente.

Finalmente, citam S. Jerônimo que, no 1º cap. a Tito, diz assim: "Antes que, pelo instinto do diabo, se introduzissem cuidados na religião e os povos dissessem 'eu sou de Paulo', 'eu sou de Apolo', 'e eu, porém, sou de Cefas', as Igrejas eram governadas pelo concílio geral dos presbíteros. Depois, porém, cada um, considerava seus aqueles aos quais batizava e não de Cristo. E, então, em todo mundo foi decretado que um dos presbíteros eleitos fosse superposto aos demais, ao qual pertenceria todo cuidado da Igreja, e assim fossem extirpadas as sementes dos cismas". Portanto, nos primeiros tempos da Igreja, quando ela era puríssima, vigorava a aristocracia e os presbíteros eram os melhores.

Respondo: parece que S Jerônimo teria querido dizer, nessa sentença, que estimava que os bispos, caso se tratasse da sua jurisdição, fossem maiores que os presbíteros, mas isto pelo direito eclesiástico, não pelo divino. Esta sentença, porém, é falsa e deve ser repelida desse lugar. Enquanto isso, todavia, devemos dizer que ela não ajuda em nada a sentença de Calvino sobre a aristocracia dos presbíteros, mas, ao contrário, a remove de modo máximo. De fato, S. Jerônimo não diz que na primeira Igreja vigorava a aristocracia dos presbíteros, que aquele regime teria sido bom e que depois, pouco a pouco, por algum abuso, tivesse sido introduzida a monarquia pelos homens maus; mas, ao contrário, ele afirma que a aristocracia, que havia no início, como não dava bons resultados e dela se originavam com frequência sedições e cismas, pelo conselho geral de toda terra foi mudada para monarquia.

Nem pode haver dúvida de que S. Jerônimo tivesse entendido que esta mutação tivesse sido feita nos tempos dos apóstolos, tendo aos apóstolos como seus autores. Porque, nesta passagem, ele diz que então foi feita uma mutação quando começou a ser dito: "Eu sou de Paulo, eu sou de Apolo", o que é testificado ter acontecido no seu tempo pelo apóstolo Paulo na 1ª Epístola aos Coríntios, cap.1. Então, Jerônimo, no livro dos homens ilustres, diz que Tiago, imediatamente depois da paixão do Senhor, foi nomeado pelos apóstolos bispo de Jerusalém, e na Epistola a Evrágio, que é a 85º, assevera que S. Marcos foi bispo de Alexandria. Acrescente que não fala Jerônimo do regime universal da Igreja, mas somente do regime particular, quando diz: "No início, a Igreja começou a ser governada pelo conselho comum dos presbíteros". E, em outro lugar, de fato, ele diz ter sido Pedro constituído por Cristo cabeça de toda a Igreja. E, por palavras bastante claras, ensina o mesmo Jerônimo, no livro 1º contra Juveniano: "Dos doze foi escolhido um só para ser constituído como cabeça, para que fosse retirada a ocasião dos cismas".

CAPÍTULO IX. RESTA A ULTIMA PROPOSIÇÃO: QUE O REGIME DA IGREJA, AFIRMA, DEVE SER PRINCIPALMENTE MONÁRQUICO.

E a primeira razão, de fato, pela qual esta pode ser provada, pode ser deduzida das coisas que foram ditas. Porque, se três são as formas de regime, monarquia, aristocracia e democracia, e já foi provado que o governo da Igreja não deve ser democrático nem aristocrático, o que mais resta senão que seja monárquico? Finalmente, se a monarquia é o melhor e o mais elevado dos regimes, como acima ensinamos, é certo que a Igreja de Deus, instituída pelo sapientíssimo príncipe Cristo, deve ser governada otimamente. Quem poderá desmentir que o seu regime deverá ser monárquico?

Mas sucede que Calvino, no livro 4 das Institutas, cap.6, par. 9, nega que, se a monarquia é o melhor regime, daí deva se seguir que a Igreja tem que ser governada por um só homem, já que consta que seu rei monarca é o Cristo.

Isto, porém, facilmente se refuta porque, posto que ainda que Cristo seja um só e o próprio rei e monarca da Igreja Católica, e que a governe e modere espiritualmente e

invisivelmente, todavia necessita a Igreja, que é corporal e é visível, de algum único juiz sumo e visível, pelo qual os conflitos que se originam da religião sejam decididos e que mantenha todos os prefeitos inferiores no oficio e na unidade. De outra maneira, não somente o sumo pontífice, mas também os bispos, os pastores, os doutores e os ministros todos seriam supérfluos: "Cristo, com efeito, é o pastor e o bispo de nossas almas", conforme I Pedro, cap. 2. Ele é o único mestre que o Pai Celeste manda ouvir, conforme. Mateus, cap.17. Ele é "quem batiza no Espírito Santo", segundo João, cap. 1.

De maneira que, portanto, os bispos, os pastores, os doutores e os demais ministros não são supérfluos, ainda que eles façam como ministros o que Cristo faz de modo principal. Assim também não se deve remover aquele que faz as vezes de sumo ecônomo e que tem o cuidado de toda Igreja, embora este mesmo cuidado seja administrado principalmente por Cristo.

A segunda razão pode ser tirada daquela semelhança que a Igreja dos homens mortais tem com a Igreja dos anjos imortais. Razão essa que é utilizada também por S. Gregório no livro 4 da Epístola 52. Posto que é certo que esta é o modelo daquela e como que uma certa ideia dela, conforme o apostolo parece indicar no 8º cap. da Epístola aos Hebreus e S. Bernardo claramente afirma no livro 3 das Considerações ao Papa Eugênio, onde diz que a Igreja militante é chamada a nova Jerusalém que desce do céu, no Apocalipse, razão pela qual foi instituída e conformada ao modelo daquela cidade celeste.

Nem foi menos certo e reconhecido, entre os anjos, que Deus, além de sumo rei de todos, é o único que preside a todos. No início, de fato, essa dignidade foi dada àquele que agora é chamado de diabo. São testemunhas Tertuliano, no livro 2 contra os marcianistas, Gregório, na homilia 34 do Evangelho e no livro 32 das Moralia, cap. 24, Jerônimo, ou melhor, Beda, no cap. 40 de Jó, e Isidoro, no livro 1 sobre o Sumo Bem, cap. 12, e o mesmo pode se deduzir das Sagradas Escrituras, no livro de Jô, cap. 40, onde Behemot, isto é o diabo, é dito princípio dos caminhos do Senhor, e em Isaías, cap. 14, onde é comparado a Lúcifer, isto é, a mais bela e a maior de todas estrelas, pelo menos em relação à aparência e à opinião do vulgo, à qual as Escrituras costumam se acomodar. Este Lucífer é o diabo, ensinam S. Jerônimo e S. Cirilo nesse lugar; e Agostinho, no livro 11 da Cidade de Deus, cap.15, bem como Ezequiel no cap. 28, onde está escrito: "Toda pedra preciosa será teu ornamento", e imediatamente são enumeradas nove pedras, pelas quais são significados, como S. Gregório expõe no livro 32 dos Moralia, cap. 25, os nove coros de anjos, que estão em volta deste anjo, como seu príncipe.

Depois da queda, porém, do diabo, S Miguel é príncipe de todos os anjos, o que pode ser depreendido do 12º capítulo do Apocalipse, onde está escrito: "Miguel e seus anjos". Com efeito, o que significa "Miguel e os seus anjos" a não ser Miguel e o seu exército? Assim como, de fato, no mesmo lugar, se diz "o diabo e os seus anjos" e entendemos que todos os anjos maus estão submetidos ao diabo como os soldados ao imperador, da mesma

maneira, quando se diz "Miguel e os seus anjos", devemos entender que todos os anjos bons reconhecem a Miguel como seu príncipe, pelo que corretamente, no ofício eclesiástico, S. Miguel é nomeado preposto do paraíso e príncipe da milícia celeste.

No livro 4 das Institutas, cap. 6, par. 10, Calvino nada responde a isto a não ser o quanto importa falar das coisas celestes muito prudentemente, e que não se deve buscar outro tipo de Igreja que não seja aquele que está expresso no Evangelho e nas Epístolas dos santos Apóstolos. Na verdade, de forma prudente, quase não fala quem nada diz da sua cabeça, mas segue o apóstolo e os Santos Padres.

A terceira razão é tomada da Igreja do Velho Testamento. Consta, de fato, que o Velho Testamento tenha sido figura do Novo, ao dizer o Apóstolo na Epistola I aos Coríntios, cap. 10: "Todas essas coisas aconteciam a eles em figura". No tempo do Velho Testamento, porém, sempre houve um só que a todos presidia naquelas coisas que pertenciam à Lei e à religião, e principalmente a partir daquele tempo em que os judeus começaram a ser reduzidos a forma de povo e a ser governados por leis e por magistrados, que foi depois da saída do Egito. Então, de fato, Moises ordenou a república dos judeus, escreveu para eles leis que tinha recebido de Deus, consagrou a Aarão pontífice, e submeteu a ele só todos os sacerdotes e levitas. E finalmente, até o tempo de Cristo, nunca faltou um só príncipe dos sacerdotes que governasse todas as sinagogas de todo mundo. O que facilmente poderia ser provado caso fosse concedido pelos nossos adversários. Assim, de fato, falam os magdeburguenses na 1ª Centúria, livro1, cap.7, coluna 257: "Na Igreja do povo judeu, um só era o sumo sacerdote por lei divina, que todos eram obrigados a reconhecer, e a ele obedecer". O mesmo confessa Calvino no livro 4 das Institutas, cap. 6 par. 2.

Portanto, como a Igreja daquele tempo era figura da Igreja deste tempo, a razão exige totalmente que, assim como aquela teve diante de Deus, reitor invisível, um só reitor visível, assim também esta o tenha, pois que não deve ser encontrada na figura nenhuma perfeição que não se encontre, e de certo mais exatamente, no modelo.

João Calvino, no livro 4, cap.6 das Institutas, levanta duas soluções para esse argumento. A primeira é que a razão de um só pequeno povo judeu não é a mesma de todo o mundo cristão. Diz, "De fato", diz, "um único povo dos judeus, cercado em toda a volta por idólatras, foi obrigado a ter um só príncipe que mantivesse a todos na unidade, para que não se esparramasse pelas diversas religiões. Mas ao povo cristão, esparramado por todo o mundo, querer dar uma só cabeça é a coisa mais absurda." E acrescenta uma semelhança: "Assim como", diz, "não deve todo mundo ser confiado a um só homem pelo fato de que um único campo é cultivado por um único homem".

Na verdade, esta primeira solução a mim parece não tanto resolver quanto mostrar mais e mais o nó do argumento. Porque se a razão pela qual o povo dos judeus teria tido uma só cabeça foi, como Calvino diz, para que estivesse contido na unidade e não descambasse para a idolatria que o cercava, com maior razão deverá ter uma só cabeça a Igreja dos cristãos. Porque mais se requer uma só cabeça ali onde mais dificilmente se conserva a unidade e onde o perigo é maior, para que o povo não se esparrame por várias religiões: mais dificilmente se conserva a unidade numa multidão maior do que na menor, e o perigo é maior onde são muitos os inimigos da fé do que onde são menos numerosos. E muito maior é o povo dos cristãos do que nunca foi o número dos judeus, e mais inimigos têm os cristãos, que não só são cercados pelos turcos, pelos tártaros, mouros, pelos judeus e pelos outros infiéis, como também se voltam constantemente para inúmeras seitas de heréticos. Portanto, entre os cristãos mais dificilmente a unidade se conserva e é iminente um perigo maior dos inimigos da religião do que outrora para os judeus, ou mais dificilmente a unidade se conserva, ou o perigo é mais manifestamente iminente.

Pelo que, pela mesma razão com que Calvino atribui uma só cabeça ao povo dos judeus, pela mesma ou maior razão deve atribuir uma só cabeça ao povo dos cristãos. Quanto àquela similitude do campo, nada daqui resulta, pois de fato não queremos que um só prefeito governe todo o mundo universal dos cristãos do mesmo modo que um só agricultor por si mesmo cultiva um só campo. Mas assim confiamos a um único sumo pastor todo o mundo dos cristãos para governar de maneira tal que por muitos outros pastores menores ele seja regido; do mesmo modo que um só pai de família rico cultiva muitos campos através de muitos agricultores e um só rei administra muitas cidades e províncias através de muitos pró-reis e presidentes.

Acrescenta, então, Calvino uma outra solução e diz que Aarão fazia a figura não do pontífice do Novo Testamento, mas de Cristo. Portanto, como Cristo já cumpriu em si mesmo esta figura, o Papa nada poderia dela reivindicar para si mesmo.

E nós não insistimos tanto na figura de Aarão, quanto na de todo o Velho Testamento. Porque já que o Velho Testamento é figura do Novo, assim como no Velho houve um regime monárquico, assim dizemos que deve haver no Novo. Acrescento, ademais, que também o próprio Aarão não somente fazia a figura de Cristo, mas também a de Pedro e de seus sucessores: de fato, assim como os sacrifícios da velha Lei não só significavam o sacrifício da cruz, mas simultaneamente eram tipos deste sacrifício que agora é oferecido na Igreja, assim também o sumo sacerdote do Velho Testamento não só se referia ao Cristo sumo sacerdote, como também simultaneamente era o tipo deste sacerdócio que agora vemos existir na Igreja; com efeito, a razão para o sacrifício e para o sacerdócio é a mesma.

Negarão, talvez, que os sacrifícios antigos representassem a paixão de Cristo e simultaneamente a nossa oblação. Como ensina o Bem-Aventurado Agostinho, no livro

20 contra Fausto, cap. 18: "Os hebreus", diz, "nas vítimas das ovelhas que ofereciam a Deus, de muitos e vários modos, como coisa de tamanha dignidade, celebravam a profecia da futura vitima que Cristo ofereceu. De onde que os cristãos celebram a memória deste sacrifício já feito por uma sacrossanta oblação e participação do corpo e sangue do Senhor." E no livro 1º Contra os Adversários da Lei e dos Profetas, cap. 18, diz: "Tudo isto os fiéis da Igreja o conhecem pelo sacrifício, cujas sombras foram todos os primeiros gêneros de sacrifícios". E no livro 3 sobre o Batismo, cap. 19: "O próprio Senhor enviou aos sacerdotes os que curou da lepra para os mesmos sacramentos, para que oferecessem em favor de si um sacrifício, porque ainda não havia sucedido a estes um sacrifício que depois, na Igreja, o próprio Senhor quis que fosse celebrado por todos aqueles, porque a todos aqueles ele mesmo prenunciava."

E não é outra a razão pela qual o bem-aventurado Gregório, no livro sobre os Cuidados Pastorais, parte 2, cap. 4, diz que todas as coisas que são ditas das vestes e dos ornamentos de Aarão ele interpreta das mesmas virtudes que se requerem dos pontífices cristãos; e Cipriano, no livro 1, Epístola 7, expõe sobre os nossos sacerdotes as coisas que são ditas no Velho Testamento dos sacerdotes de Aarão, o que frequentemente todos os outros padres fazem. Isto não é senão porque o sacerdócio do Novo Testamento sucedeu ao sacerdócio do Velho Testamento, e os pontífices cristãos sucederam aos pontífices judaicos, como a certos tipos e sombras suas.

A quarta razão é tomada das mesmas semelhanças pelas quais na Sagrada Escritura é descrita a Igreja: todas, de fato, mostram que deve haver necessariamente na Igreja uma só cabeça. A Igreja é comparada a um exército ordenado, nos Cânticos, cap. 6, ao corpo humano ou a uma bela mulher, nos Cânticos, cap. 7 ao reino, em Daniel, cap. 2, ao redil, em João, cap. 1, à casa, em I Timóteo, à nave ou à arca de Noé, em I Pedro, 3. Ora, não existem acampamentos ordenados onde não haja um único imperador, muitos tribunos, muitos centuriões etc. Jerônimo, na Epístola ao Monge Rústico, diz: "Em qualquer grande exército espera-se um único sinal". Portanto, assim como a Igreja é um exército ordenado, se todos os bispos, ou melhor, todos os presbíteros são iguais, pela mesma razão em qualquer corpo humano há uma só cabeça.

E para que, talvez, não digas: a Igreja tem Cristo como sua cabeça, por causa disso não comparamos, neste lugar, a Igreja com Cristo como os membros à sua cabeça, mas como a esposa com o esposo: semelhança que as Escrituras usam no Apocalipse, cap.21, e na II aos Coríntios, cap.11, na Epístola aos Efésios, cap.5, e no Cântico dos Cânticos muito frequentemente. E se realmente a Igreja que está em terra, separadamente de Cristo, não é inadequadamente comparada à esposa, também separadamente de Cristo uma só cabeça deve ter, principalmente quando claramente em Cânticos, cap.7, entre outros dos seus membros, também enumera a cabeça: "A tua cabeça", diz o esposo à esposa, "é assim como o Carmelo", e a esposa diz sobre o esposo que "a tua cabeça é o melhor ouro", em Cântico 5. E o esposo certamente compara a cabeça da esposa ao monte Carmelo, porque ainda que o sumo pontífice seja um monte muito alto, todavia nada mais é do que terra,

isto é, um homem. A esposa compara também a cabeça do esposo ao melhor ouro porque a cabeça de Cristo é Deus.

E de fato, já que sempre foi reino, porque não seria regido por um só? E posto que Cristo é rei da Igreja, disto, enfim, deduzimos que a Igreja deve ter, além de Cristo, alguma outra única pessoa pela qual seja regida, porque os reinos sempre são administrados regiamente, isto é, por um só que preside a todos. E contanto que o rei esteja presente, ele o faz por si mesmo; se está ausente, ele o faz por outro, que é chamado de vice-rei. Frequentemente também, mesmo estando o rei presente, constitui alguém como seu vigário geral.

Que, porém, num só redil também se requeira um só pastor, isso se depreende a partir do Evangelho: "Será um só rebanho", diz o Senhor, "e um só pastor". De onde que se deve, de passagem, anotar que se pode entender este "um só pastor" do pastor secundário, isto é, de Pedro e de seus sucessores, como expõe S. Cipriano. Pois quando o Senhor "diz que ele tem outras ovelhas que não são deste rebanho", ele se refere ao povo judeu e ao povo gentio. E ensina que tem entre os gentios muitos eleitos que ou já são fiéis, ou que certamente o serão. E, todavia, a esses eleitos aquele povo judeu não pertence.

Embora, porém, se tratamos de Deus como pastor, sempre foram o povo dos judeus e o povo dos gentios um só rebanho, e Deus seu único pastor; todavia, não foram um só rebanho e um só pastor em relação ao governo humano; nem, de fato, os gentios, ou aqueles entre eles que pertenciam à Igreja, eram regidos pelo pontífice dos judeus. E Cristo quis, depois do seu advento, que de ambos os povos se fizesse um só rebanho e todos os homens fossem governados por um só pastor. Daqui Cipriano, no livro 1, na Epístola 6 para Magno, falando sobre Novaciano, que quis ser feito bispo de Roma, já tendo sido empossado e tomando assento Cornélio, diz o seguinte: "Por isso o Senhor, que nos insinua a unidade proveniente da divina autoridade, coloca e diz: Eu e o Pai somos um; unidade à qual reduz sua Igreja dizendo, finalmente: 'E haverá um só rebanho e um só pastor'."

Como pode ser acrescentado ao número do rebanho aquele que não está no número do rebanho? Ou como pode ter-se um pastor que, permanecendo verdadeiro pastor e presidente na Igreja de Deus por uma ordenação sucedânea, a ninguém sucede e, iniciando por si mesmo, é estranho e profano?

Resta a casa e o navio. E, de fato, toda casa possui um só senhor e um só ecônomo, de acordo com aquela passagem de S. Lucas, cap. 12: "Quem consideras que seja o dispensador fiel e prudente que constituiu o Senhor sobre a sua família?" Palavras que são ditas a Pedro e do próprio Pedro porque, pouco antes, quando o Senhor teria dito: "Bem aventurados aqueles servos que o Senhor encontrar vigilantes quando vier", Pedro perguntou: "Senhor, dizes esta parábola a nós ou a todos?" Respondeu o Senhor a Pedro:

"Quem consideras que seja o dispensador fiel e prudente que constituiu o Senhor sobre a sua família?" Como se dissesse: "A ti, ó Pedro, em primeiro lugar eu o digo, a ti de fato cabe cogitar o que se requer ao ecônomo fiel e prudente, a quem o Senhor constituiu sobre a sua família".

E pouco depois, para mostrar que estava falando de um único que preside a todos os conservos e que se submete apenas ao Senhor, acrescentou que, se dissesse aquele servo no seu coração: "Meu Senhor demora para vir" e começasse a percutir os servos e as criadas, e a comer e a beber e inebriar-se, virá o Senhor daquele servo no dia em que não espera e na hora em que não sabe, e o dividirá e colocará a sua parte com os infiéis. Palavras pelas quais o Senhor abertamente indica que ele colocaria para si um só servo à frente de toda a sua casa, o qual somente por si poderia ser julgado. Por certo Crisóstomo explica amplamente essa passagem de sobre Pedro e seus sucessores no Livro 2 do Sacerdócio, com a qual Ambrósio concorda, ou qualquer que seja o autor daquele comentário do cap. 3 a Timóteo: "A casa de Deus", diz, "é a Igreja, cujo reitor hoje é Damásio".

Finalmente sobre o navio, Jerônimo diz na Epístola a Rústico: "no navio há um só governador". E Cipriano, no Livro 1, Epístola 6, depois de ter ensinado que a Arca de Noé tinha sido um tipo de Igreja, daqui prova que Novaciano não poderia ser feito governador desta arca, porque já Cornélio o era, e um só navio postula um só reitor e não vários.

A quinta razão é tirada dos primórdios do governo da Igreja. Consta, de fato, que a Igreja congregada por Cristo tinha começado desde o início a ter um regime externo visível e monárquico. Não aristocrático, nem democrático. De fato, quando vivia na terra, Cristo a administrava visivelmente como o seu sumo pastor e reitor. Como também confessam os magdeburguenses na Centúria 1, Livro 1, cap. 7, col. 268, e nos textos que se seguem. Portanto, também agora deve ter a Igreja um regime monárquico externo e visível. De outra maneira, não seria a Igreja que agora existe, a mesma cidade de Deus com ela. Como, de fato, o Filósofo ensina no livro 3 da Política, cap. 2, a cidade é dita da mesma espécie enquanto permanece a mesma forma de república, isto é, o mesmo modo comum de governo que, quando modificado, exige que também se modifique a cidade.

A sexta razão é tirada do semelhante. Corretamente, em cada lugar singular, são constituídos bispos singulares, que daquele lugar presidem a todos os outros como ministros e pastores. Coisa que Calvino, no livro 4 das Instituições, cap. 6, par. 7, confessa nestas palavras: "Quem discutirá diversamente que cada uma das Igrejas deverá ter atribuído a si os seus bispos?"

De novo nas províncias singulares corretamente são constituídos metropolitanos singulares que presidem aos bispos de sua província. E nas cidades maiores são constituídos primários ou patriarcas que, como é dito por S. Leão Magno, na Epístola a Anastásio, arcebispo de Tessalônica, recebem um cuidado maior. O que nem Calvino ousou negar também. Pois assim ele fala, de fato, no cap. 4, par. 4 das Instituições: "as províncias singulares" diz, "tinham entre os bispos um só arcebispo. E também, no Sínodo de Nicéia, foram constituídos patriarcas que fossem pela ordem e pela dignidade superiores aos arcebispos. E isto pertencia à conservação da disciplina." Portanto, conclui-se daqui que é correto que também exista uma só pessoa que presida a toda Igreja e ao qual os primários e os patriarcas também se submetam. Pois se o principado monárquico convém a uma só cidade, a uma só província, a uma só nação, por que também não a toda a Igreja universal? Aquilo que a razão postula monarquicamente para as partes exigiria que o seu todo fosse governado aristocraticamente?

Finalmente, pelas mesmas razões pelas quais se prova que um só bispo deve presidir aos párocos, um arcebispo presidir aos bispos, um patriarca aos arcebispos, por elas mesmas pode-se provar que um único sumo pontífice deve presidir aos patriarcas. Por que é necessário existir em cada uma das igrejas um só bispo, a não ser pelo fato de que uma cidade não pode ser bem governada senão por meio de uma só pessoa? E também uma só é a Igreja universal. Novamente, por que se requer um só arcebispo, a não ser para que se contenham os bispos na unidade, para que se dissolvam os seus litígios, para que sejam convocados aos Sínodos, para que sejam obrigados a exercer o seu múnus? E por causa das mesmas razões requer-se que um só presida aos arcebispos e a todos os patriarcas.

Responderá Calvino que os bispos aos presbíteros, e aos demais bispos os arcebispos, e a estes o primário, é maior em honra e dignidade, não porém em autoridade e poder. Assim, de fato, ele ensina no livro 4 das Instituições, cap. 4, par. 2.

Mas com certeza engana-se ou engana porque, omitindo outras passagens, a primeira Epístola a Timóteo, cap. 5, diz na palavra do apóstolo: "Não queiras receber uma acusação contra o presbítero a não ser mediante duas ou três testemunhas". Ele faz o bispo juiz dos presbíteros. Ora, o juiz sem poder é nulo. Ademais, no Concílio Antioqueno, no cânone 16, estabelece-se que, se algum presbítero ou diácono for condenado pelo próprio bispo e, privado de honra, se aproximar de outro bispo, de nenhum modo seja recebido. Pode, portanto, um bispo condenar um presbítero e privá-lo da honra, o que certamente será do seu poder e de sua jurisdição.

Ademais, no terceiro Concílio de Cartago, cap. 45, afirmam os padres ser lícito aos primazes tomar os clérigos dos bispos de qualquer diocese e ordená-los bispos onde for necessária a obra, mesmo contra a vontade do bispo ao qual aquele clérigo estava submetido. E não vemos aqui abertamente que o primaz, pelo poder, é maior que os demais bispos? Finalmente, S. Leão Magno, na Epístola a Anastásio, bispo de

Tessalônica, e Gregório, no Livro 4, Epístola 52, abertamente ensinam que todos os bispos não são iguais pelo poder, mas alguns são verdadeiramente submetidos a outros. E daqui S. Leão Magno retamente deduz que o regime de toda a Igreja pertence a uma única sede de Pedro.

A sétima razão pode ser tirada da propagação da Igreja. Porque a Igreja sempre cresceu e deve crescer até que o Evangelho seja pregado em todo mundo, como é evidente pelo cap. 24 de S Mateus: "Este Evangelho do reino será pregado em todo o mundo e, então, virá a consumação". Ora, não pode isto fazer-se a não ser que haja um só governante de toda a Igreja, ao qual incumba a solicitude de conservar e propagar todo esse corpo. Porque ninguém deve pregar, a não ser que seja enviado. Como diz a Epístola aos Romanos, cap. 10: "Como pregarão, a não ser que sejam enviados?" Ora, enviar às províncias alheias não pertence aos bispos particulares; eles têm, de fato, os seus limites certos do seu episcopado, além dos quais não possuem nenhum direito, nem a eles pertence o cuidado, a não ser dos rebanhos que lhes foram confiados.

Acerca do que, nas histórias dos magdeburgenses, dificilmente encontramos a Igreja propagada, depois do tempo dos apóstolos, por outros que não aqueles que enviaram os romanos pontífices como obra de Deus. S. Bonifácio converteu os alemães enviado pelo papa Gregório II. Os Francos foram convertidos por S. Quiliano, enviado pelo papa Conon. Os ingleses, por Agostinho, enviado pelo papa Gregório I. Inocêncio I, porém, na Epístola IV, constantemente afirma que por toda a Espanha, a Gália, a África, as Igrejas foram fundadas por aqueles que Pedro ou os seus sucessores enviaram para essa obra.

A oitava razão é tirada da unidade da fé. É necessário que todos os fiéis sintam inteiramente o mesmo nas coisas da fé. De fato, "há um só Deus, uma só fé, um só batismo", Efésios 4. E não pode existir uma só fé na Igreja, a não ser que haja um sumo juiz, com o qual todos são obrigados a aquiescer. O que, por certo, ensina abertamente, quando não houvesse nenhuma outra razão, aquela própria dissensão dos Luteranos, que vemos que não possuem um único ao qual todos são obrigados a submeter o seu julgamento, e que se dividiram em milhares de seitas, apesar de que todos tenham descendido de um único Lutero. E nem ainda conseguiram fazer um só Concílio no qual todos se reunissem. Mas a mais aberta razão disto os convence. Quando, de fato, há muitos que são iguais, dificilmente pode acontecer que, nas coisas obscuras e difíceis, um queira antepor o seu julgamento ao julgamento do outro.

Respondem os magdeburgences na Centúria I, livro 2, cap.7, col. 522 e seguintes, que se pode conservar a unidade da fé pelo consórcio de muitas Igrejas que se ajuntam umas às outras, e pelas letras tratem entre si das questões da fé. Verdadeiramente, porém, isto com certeza não é suficiente. Porque para conservar a unidade da fé não é suficiente o conselho, requer-se um império. Com efeito, o que acontecerá se o bispo que erra não quiser escrever aos outros ou, depois que tiver escrito, não quiser seguir o conselho dos

outros? Por acaso o próprio Ilírico, advertido pelos colegas do erro maniqueu sobre a origem do pecado, novamente excitado pelos inferiores, retratou-se, ou pôde ser conduzido a que pelo menos pacientemente os ouvisse? E se esta associação é tão eficaz, porque não promoveu precisamente a paz e a concórdia, algumas vezes, entre os luteranos suaves e os rígidos?

Dirás: terminarão todas estas questões por um Concílio geral. Todos, de fato, concordarão com a maior parte dos bispos. Por outro lado, no Concílio Geral a maior parte pode, de fato, errar, se faltar a autoridade do sumo pastor, como a experiência comprovou com os Arminenses e os Efésios no segundo Concílio. Acrescente que nem sempre se podem promover os Concílios gerais. Nos primeiros 300 anos, nunca pôde ser estabelecido o concílio geral e existiram, todavia, muitas heresias, então.

Resta que discutamos as objeções deles. E primeiro objeta Calvino no livro 4 das Institutas, cap. 20, par. 7, naquela passagem do Evangelho de S Lucas do cap. 22, onde lemos o seguinte: "Ocorreu uma contenda entre eles: qual deles seria maior? Disse, porém, a eles: os reis dos gentios os dominam; entre vós, porém, não seja assim". De onde Calvino deduz: "como o Senhor admoestasse esta ambição diversa deles, ensinou que o seu ministério não seria semelhante aos reinos, nos quais um é mais eminente do que outros".

Respondo: Tanto nesta passagem, como no cap.20 de S Mateus, o Senhor não retirou a monarquia da Igreja, mas, ao contrário, a instituiu. E advertiu que deveria ser diversa da monarquia dos gentios. Com efeito, primeiramente não disse o Senhor: "Vós não presidireis de nenhum modo", mas "não assim como os reis dos gentios".

Quem diz, de fato, "Tu não presidirás como aquele", significa "presidirás num certo sentido, mas diversamente daquele". Finalmente, não se acrescenta claramente nesta passagem que "aquele que é o maior entre vós faça-se como o mais jovem, e aquele que preside, que em grego se diz 'egumenos', isto é, condutor e príncipe, faça-se como aquele que serve"? Um só, portanto, era o condutor designado pelo Senhor.

Finalmente, ele declarou esta passagem pelo seu próprio exemplo, ao dizer "assim como eu não vim ser servido, mas servir" e "eu estou no meio de vós como aquele que serve". E, todavia, ele diz de si no cap. 3 do Evangelho de S. João: "Vós me chamais de mestre e de Senhor, e o dizeis bem porque de fato sou". Portanto, assim como Cristo não dominava nem presidia do mesmo modo dos reis dos gentios, mas servia e trabalhava, e ainda assim verdadeiramente presidia, pois, ao contrário, ele era o Senhor; assim também quer que um dos seus verdadeiramente presida, mas sem a paixão do domínio tal qual está nos reis dos gentios, que são na sua maior parte tiranos e imperam sobre os súditos como servos, e reportam todas as coisas à sua comodidade e glória. Quer, de fato, que o seu vigário

presida a Igreja como pastor e pai, que não busque o lucro e a honra, mas a comodidade dos súditos e, por isso, trabalhe mais do que os outros e sirva à utilidade de todos.

Além disso, os reis dos gentios, inclusive aqueles que não são tiranos, administram os seus reinos de tal maneira que deixem a sua herança aos seus filhos. Por outro lado, os prelados da Igreja não são assim. De fato, não são reis, mas são vigários. Não são pais de família, mas são ecônomos. Decorre daí que S. Bernardo, no livro 3 das Considerações, diz: "Qual negas não presidir e proíbes dominar? É evidente que não preside bem aquele que preside na solicitude. Preside para que provejas, para que aconselhes, para que busques e para que sirvas; preside para que sejas útil; preside para que sejas como o servo fiel e prudente que o senhor constituiu sobre a sua família."

A segunda objeção de Calvino no livro 4 das Institutas, cap.6, par. 1, é a seguinte: no cap. 4 da Epístola aos Efésios o Apóstolo delineou para nós toda a hierarquia eclesiástica que Cristo depois de sua ascensão deixou na Terra. Ali, porém, nunca há menção de uma só cabeça, mas é trazido o regime da Igreja de muitos em comum. Assim, de fato, diz: "E ele deu alguns como apóstolos, outros como profetas, outros como evangelistas, outros como pastores e doutores". E não disse: "Primeiro um só sumo pontífice, depois os bispos, os párocos etc."

Do mesmo modo: "Sejais solícitos ao observar a unidade do espírito no vínculo da paz, um só corpo e um só espírito, assim como fostes chamados numa só esperança da vossa vocação, um só Senhor, uma só fé". E não disse: "um só pontífice máximo que mantenha a Igreja na unidade". E na mesma passagem: "A cada um de nós foi dada a graça de acordo com a medida da doação de Cristo". E não disse "a um único foi dada a plenitude do poder para que exerça o ofício de vigário de Cristo, mas foi dada", diz, "a cada um a sua porção".

Respondo que o sumo pontificado claramente foi colocado pelo apóstolo nestas palavras: "Ele deu alguns como apóstolos"; e mais claramente na I a Coríntios, cap. 12: "E ele mesmo colocou, na Igreja, primeiro os apóstolos, depois os profetas". Com efeito, se o sumo poder eclesiástico não somente foi dado a Pedro, mas também aos outros apóstolos, todos de fato puderam dizer aquela passagem de Paulo: "Minha preocupação cotidiana é a solicitude de todas as Igrejas", na Segunda Epístola aos Coríntios, cap.11. Mas a Pedro foi dada como ao pastor ordinário, ao qual perpetuamente haveria sucessão; aos outros, porém, como a pastores delegados, aos quais não haveria sucessão. Foi necessário, de fato, naqueles primórdios da Igreja, para que a fé fosse disseminada rapidamente por todo o orbe da Terra, que aos primeiros pregadores e aos fundadores eclesiásticos fosse dado o sumo poder e liberdade. Mortos, porém, os apóstolos, a autoridade apostólica permaneceu apenas ao sucessor de Pedro. Nenhum dos bispos, além do romano, jamais teve solicitude para com todas as Igrejas. E somente ele foi chamado por todos como pontífice apostólico e sua sede simplesmente apostólica e, por antonomásia, seu múnus, apostolado. Coisa sobre a qual passarei a expor alguns poucos testemunhos.

Jerônimo, na Epístola segunda a Damásio, sobre o nome das hipóstases, diz: "Os apóstolos que segues pela honra, sigas também pelo mérito". E no livro 2 contra Rufino, diz: "Admiro-me como os bispos receberam aquilo que a Sé apostólica condenou". E na Epístola a muitos bispos da Gália, escrita para S. Leão Magno, que está entre as epístolas de S. Leão, cap. 52, ele diz: "Conceda o vosso apostolado perdão à nossa preguiça". E no fim da epístola: "Roga por mim, beatíssimo senhor, venerável papa, por mérito e honra apostólica". Do mesmo modo: "Venero e saúdo o vosso apostolado no Senhor". E Agostinho, na epístola 162: "Na Igreja Romana, sempre vigorou o principado da cátedra apostólica".

Finalmente (para que se omitam uma infinidade de passagens semelhantes), o Concílio de Calcedônia na Epístola a S. Leão, que se encontra depois da terceira ata, diz: "E depois de todas estas coisas, além e contra aquele a quem a custódia da vinha foi encarregada pelo senhor, estendeu a loucura, isto é, também contra tua santidade apostólica". Daqui, S. Bernardo, no livro 3 das Considerações, próximo do início, falando sobre todos os apóstolos dos quais está escrito no salmo 44: "Tu os constituirás príncipes sobre toda a terra", diz ao Papa Eugênio: "A eles tu sucedeste na herança; assim como tu estás unido, a herança da terra também". E mais adiante, "e ele deu alguns como apóstolos", S. Bernardo interpreta esta mesma passagem como relativa à autoridade pontifícia.

Pode-se também responder que o Apóstolo, nesta passagem, não traçou a hierarquia da Igreja, mas apenas enumerou vários dons que estão na Igreja. Primeiramente, de fato, colocou os Apóstolos, isto é, aqueles primeiros que foram enviados por Deus. Depois os Profetas, isto é, aqueles que predizem o futuro, como explicam Crisóstomo, Ecumênio, Teofilato. Em terceiro lugar, os Evangelistas, isto é, aqueles que escreveram os Evangelhos, como expõem Ecumênio e Teofilato. Por último, os Pastores e Doutores que por uma só palavra significou confusamente toda a hierarquia dos ministros da Igreja. E em I Coríntios, cap. 12, acrescenta os gêneros das línguas, as curas e outras coisas que não pertencem aos ministérios eclesiásticos, mas são carismas do Espírito Santo.

Porém, naquela passagem sobre um só corpo, um só espírito, uma só fé, um só Deus, onde não está enumerado um só papa, respondo: que "um só papa" está subentendido naquelas palavras, quando se diz "um só corpo" e "um só espírito"; para que, de fato, no corpo natural se conserve, por isso, a unidade dos membros, porque todos eles obedecem à cabeça. Assim também, então, se observa na Igreja a unidade quando todos obedecem a um só.

E embora a cabeça de toda a Igreja seja Cristo, todavia porque Ele está ausente da Igreja militante segundo a presença visível, exige-se como necessário um único alguém em lugar de Cristo, que mantenha esta Igreja visível na unidade. Pelo que Optatus, no livro 2, chama a Pedro de "cabeça", e nele coloca a unidade da Igreja, para que todos se unam a

essa cabeça. Também João Crisóstomo, na Homilia 55 do Evangelho de S, Mateu, assim fala da Igreja: "Cujo pastor e cabeça era um homem pescador e ignorante" etc.

Quanto à objeção sobre a plenitude do poder, respondo: o sumo pontífice, se comparado com Cristo, não possui a plenitude do poder, mas somente uma certa proporção, segundo a medida da doação de Cristo. Cristo, de fato, rege toda a Igreja que está no céu, no purgatório, na Terra, e que existiu desde o início do mundo, e que existirá até o fim. E, além disso, pode, pelo arbítrio, criar leis, instituir sacramentos e atribuir a graça mesmo sem os sacramentos.

Mas o Papa somente rege aquela parte da Igreja que está na Terra, enquanto ele vive, não pode mudar as leis de Cristo nem instituir outros sacramentos e nem perdoar os pecados sem os sacramentos. Se, todavia, o Sumo Pontífice for comparado com os bispos, com mérito é dito possuir a plenitude do poder, porque os outros possuem regiões definidas, sobre as quais presidem, e também poder definido. Ele, porém, se antepõe a todo o mundo cristão e possui todo aquele pleno poder que Cristo deixou para a utilidade da Igreja na Terra.

A terceira objeção de Calvino está no livro 4 das Institutas, cap. 6, par. 9, onde usa este argumento: "Cristo é cabeça da Igreja", conforme cap. 4 da Epístola aos Efésios; portanto, faz injúria a Cristo quem nomeia uma outra cabeça.

Respondo que não se faz nenhuma injúria a Cristo pelo fato de o papa ser cabeça da Igreja, antes aumenta-se, com isto, sua glória. De fato, não estabelecemos que o papa é cabeça da Igreja com Cristo, mas abaixo de Cristo, como seu ministro e seu vigário. Não se faz injúria ao rei, além disso, se se diz que há um vice-rei como cabeça do seu reino abaixo do rei; ao contrário, mais aumenta sua glória. Todos, de fato, que ouvem existir um vice-rei que é cabeça do reino abaixo do rei imediatamente pensam que esse rei é cabeça de um modo mais nobre.

Acrescente-se aquilo que, na Escritura, o próprio Cristo fala de si: "Eu sou a luz do mundo" no capítulo 8 de João. O mesmo diz, no capítulo 5 de Mateus, aos apóstolos: "Vós sois a luz do mundo". Nem por isso, todavia, Cristo fez injúria a si mesmo. E o apóstolo que disse: "Ninguém pode pôr outro fundamento além daquele que foi posto, que é Cristo", conforme está em I Coríntios, cap.3; o mesmo disse: "Edificados fostes sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas", no cap. 2 da Epístola aos Efésios, e sendo "Cristo pastor e bispo de nossas almas", conforme cap. 2 da I epístola de S. Pedro, "e apóstolo de nossa confissão", no cap. 3 da Epístola aos Hebreus, e "homem profeta", no último capítulo de Lucas, e "doutor da justiça", no cap. 2 de Joel, todavia Paulo não lhe fez uma injúria quando escreveu, no cap. 4 da Epístola aos Efésios, que na Igreja há apóstolos, profetas, pastores e doutores. Finalmente, que nome é mais augusto do que o

de Deus? E, todavia, nas Escrituras, não uma única vez os homens se dizem deuses sem nenhuma injúria ao verdadeiro Deus. No salmo 81, está escrito: "Eu disse, vós sois deuses". Por que, portanto, será injúria para Cristo, como cabeça da Igreja, se algum outro abaixo dele também for dito cabeça?

Mas dizem também: "Nunca a Igreja é chamada de corpo de Pedro, ou de corpo do papa, mas de corpo de Cristo". Respondo: a causa desta coisa é que somente Cristo é cabeça principal e perpétua de toda igreja. De tal maneira o reino não é dito ser do pró-rei, mas do rei, e a casa não é dita do ecônomo, mas do Senhor, e a Igreja também não é corpo de Pedro ou do papa, que somente por um tempo, e no lugar de outro a governa, mas de Cristo, que por própria autoridade, e perpetuamente a rege.

Ademais, ao se dizer que a Igreja é o corpo de Cristo, aquela palavra de Cristo convenientemente pode se referir não tanto a Cristo como cabeça, quanto ao mesmo Cristo como hipóstase do seu corpo, de maneira tal que, quando dizemos aqui jaz o corpo de Pedro, ali o de Paulo, não significamos Pedro ou Paulo ser corpos, mas pessoas cujos corpos são aqueles. Cristo, de fato, nesse sentido, não é cabeça da Igreja, mas ele próprio é como um certo corpo muito grande, composto de muitos e variados membros. Comentou isso S. Agostinho no livro 1 sobre os méritos e a remissão dos pecados, cap. 31, a partir daquilo que disse o apóstolo na I Cor. cap. 12, quando diz: "Assim como há, de fato, um só corpo, que tem muitos membros, todos os membros, porém, sendo muitos, são um só corpo"; não acrescentou: "assim também o corpo de Cristo", mas, "assim também Cristo". Portanto, a Igreja é já corpo de Cristo e não de Pedro, porque Cristo sustenta como hypóstase deste corpo todos os membros. E opera todas as coisas em todos: pelo olho vê, pelos ouvidos ouve; ele é de fato quem ensina pelo doutor, batiza pelo ministro, faz, finalmente, todas as coisas por todos; coisa que, certamente, não convém nem a Pedro nem a nenhum outro homem.

A quarta objeção é de Teodoro de Beda que, nas Confissões, cap. 5, art. 5, diz: "Somente a Deus pode-se atribuir o peso de reger toda a Igreja"; de tal maneira que é uma coisa inteiramente impossível de ser afirmada por nós quando atribuímos o regime de toda Igreja ao sumo pontífice. Coisa que igualmente deixou perante Lutero, no livro escrito sobre o poder do papa, e um opúsculo sobre o primado do papa, escrito no Sínodo de Esmalcadica, lhe deu assentimento.

Respondo: não pode acontecer, sem que haja um milagre, que um só homem governe toda Igreja por si mesmo e nem nunca foi isso que os católicos ensinaram: que, porém, uma só pessoa faça isto por meio de muitos ministros e pastores submetidos a si, isto não só é possível como também reputamos ser útil e conveniente. Porque em relação às primeiras coisas, não diz o apóstolo na II Ep. Cor. cap. 11 que ele tinha "a solicitude de todas as Igrejas"? E não falava somente de todas as Igrejas que ele mesmo havia plantado, mas de todas as Igrejas simplesmente. Pois Crisóstomo, neste lugar, escreveu comentando:

"Paulo tinha o cuidado de toda a orbe da Terra". O que pode ser provado pelas suas próprias epístolas, aos Romanos, aos Colossenses e aos Hebreus, pois escrevia àqueles que não havia pregado, mas que julgava pertencerem aos seus cuidados.

E embora os apóstolos distribuíssem entre si o trabalho de pregar a palavra de Deus a alguns em particular, não por isso, todavia, fechavam a sua solicitude dentro dos limites de uma só província, mas cada um deles administrava os cuidados de toda Igreja de maneira tal como se apenas a si mesmo pertencesse apenas esses cuidados.

Finalmente, muitos príncipes seculares tiveram de Deus reinos amplíssimos, e certamente maiores do que agora é a extensão da orbe cristã, os quais, a não ser que pudessem administrá-los, nunca lhes teriam sido dados por Deus.

Temos exemplos em Nabucodonosor, sobre o qual lemos em Daniel, cap. 2, deste modo: "Tu és rei dos reis, e Deus que é rei do céu, deu a ti o império, a fortaleza e todas as coisas nas quais habitam os filhos dos homens, e sob o teu comando constituiu todas as coisas". Também sobre Ciro diz, em Isaías, 45: "Isto diz o Senhor a Ciro, meu Ungido, cuja destra tomei para que submeta diante da sua face as gentes e dobre as costas dos reis".

Quanto mais amplo, porém, terá sido este reino é evidente pelo capítulo 1 de Ester, onde está dito ter reinado o rei Assuero, rei dos Persas, sobre 127 províncias desde a Índia até a Etiópia. De Augusto lemos, no cap. 2 de Lucas, que saiu um edito de César Augusto para que fosse contada toda a extensão do mundo. E certamente nunca foi administrada mais felizmente a extensão da terra do que nos tempos de Augusto. Que, todavia, seu reino foi preparado por Deus para que mais facilmente o Evangelho fosse derramado por todo mundo, escreve Eusébio, no livro 3, cap. 9 sobre a demonstração evangélica, e S. Leão, no sermão I sobre S. Pedro e S. Paulo.

Como, portanto, Deus quis submeter toda a extensão da terra a um só homem pelo império, porque não pode também toda a Igreja a um só homem atribuir a sua prudência e solicitude? Principalmente porque o governo eclesiástico é mais fácil do que o governo político e os reis da terra não têm outros meios de governar além da prudência humana e da providência geral de Deus. Enquanto que o nosso pontífice possui a luz sobrenatural da fé, as Sagradas Escrituras, os sacramentos celestes e a particular assistência do divino Espírito Santo.

Acrescente-se que é muito mais difícil a democracia ou a aristocracia na Igreja do que a monarquia. Porque a democracia na Igreja não seria tal qual a dos romanos e dos atenienses, onde somente dominavam os homens de uma só cidade, que não dificilmente podiam se reunir em um só lugar e estabelecer sufrágios para muitas coisas no que

quisessem. Na Igreja, de fato, se houvesse um governo popular, todos os cristãos de todo o mundo teriam direito ao sufrágio. E quem poderia congregar todos os cristãos para estabelecer algo comum para toda Igreja?

Por uma idêntica razão, a aristocracia da Igreja não seria tal qual agora ela existe entre os Venezianos, na qual dominam somente os patrícios de uma só cidade, que facilmente podem ser congregados e podem discernir aquilo que querem. Mas seria tal qual nunca existiu, ou seja, uma aristocracia na qual todos os magistrados de todo o mundo, isto é, todos os bispos e todos os presbíteros de toda a orbe cristã teriam igual direito de governo, e congregá-los seria também ou dificílimo, ou impossível sem um milagre.

A quinta objeção é deste opúsculo que os luteranos publicaram sobre o primado do papa no sínodo Esmalcaldaico. Paulo, dizem, no Cap. 3 da Ep. aos Coríntios, iguala todos os ministros, e ensina que a Igreja está acima dos ministros, quando diz: "Todas as coisas são vossas, seja Paulo, seja Apolo, seja Cefas".

Respondo que a mim não me parece ser tão claro esse argumento que consiga perceber qual seja sua força porque, se os ministros são considerados iguais por serem numerados simultaneamente, ao dizer seja Paulo, seja Apolo, seja Cefas, iguais também seriam os líderes, os cônsules, os imperadores, porque Crisóstomo, na homilia 83 em Mateus, diz: "Se algum líder, se algum cônsul, se aquele que é ornamentado com o diadema indignamente o tomar, coíbe-o e obriga-o" etc. Nem se segue, por causa disto, que a Igreja, pela autoridade e pelo poder, esteja acima dos ministros, porque são instituídos por causa da utilidade Igreja, que Paulo significou por aquelas palavras: "Todas as coisas são vossas". De outra forma, também as crianças governariam os pedagogos, e os povos dirigiriam os reis pela autoridade, porque os pedagogos existem por causa das crianças e os reis, por causa dos povos, e não ao contrário.

A sexta objeção está no mesmo livro. Cristo enviou todos os apóstolos de modo igual, quando diz, no capítulo 20 de S. João: "Eis que vos envio". Não antepôs, portanto, um aos outros.

Respondo que por estas palavras, um não seria anteposto aos outros, mas não faltariam outros lugares, nos quais um é anteposto ao outro. Em João 21, certamente, é dito a um só: "Apascenta as minhas ovelhas".

A última objeção é esta: se o mundo devesse ser governado por um só nas coisas que pertencem à religião, útil também seria que fosse governado por um só nas coisas que dizem respeito à ordem política, e isto nunca foi feito, nem é conveniente como, de fato,

ensina S. Agostinho no livro 4 da Cidade de Deus, cap.15: "Seria mais feliz para as coisas humanas que todos os reinos fossem pequenos e concordes na alegria da vizinhança".

Respondo que a natureza do regime eclesiástico não é a mesma do político. Posto que a orbe da Terra não deve ser necessariamente um só reino, daí que não necessariamente postula um único homem que presida a todos. Mas a Igreja toda é um único reino, uma só cidade, uma só casa e, por isso, deve ser regida toda ela por um só. A razão desta diferença é que, para a conservação dos reinos políticos, não se requer necessariamente que todas as províncias observem as mesmas leis e os mesmos ritos. Podem, de fato, de acordo com os lugares e as pessoas, usar de uma variedade de leis e instituições diversas; e, portanto, não se requer um só que mantenha todos na unidade. Para a conservação da Igreja, porém, é necessário que todos convenham na mesma fé, nos mesmos sacramentos, nos mesmos preceitos transmitidos divinamente: o que não pode ser feito corretamente, a não ser que sejam um só povo e sejam mantidos por um só na unidade.

Se, porém, fosse conveniente que todas as províncias do mundo fossem governadas nas coisas políticas por um só e único rei, embora isto não seja necessário, isto pode ser discutido. Para mim, todavia, parece ser totalmente conveniente se isto pudesse ser alcançado sem a injustiça e sem as pelejas bélicas. Principalmente se o sumo monarca, debaixo de si, tivesse não vigários e pró-reis, mas verdadeiros príncipes, assim como o sumo pontífice possui abaixo de si aos bispos.

Porque, todavia, não parece que seja possível construir-se semelhante monarquia a não ser que se use uma grandíssima força e muitas e gigantescas guerras. Por isso, corretamente o bem aventurado Agostinho diz que talvez fossem mais felizes as coisas humanas se existissem em todos os lugares pequenos reinos concordes entre si pela alegria da vizinhança, do que se cada reino, pelo certo e pelo errado, se esforçasse por estender o seu império e propagá-lo de todos os modos. Acrescente-se que S. Agostinho aprova, certamente, os reinos pequenos, mas não nega que há de ser útil se algum único grande imperador presidir a esses pequenos reinos; mais ainda, parece afirmar isto de preferência quando diz que aqueles pequenos reinos devem estar em harmonia e alegrar-se na vizinhança, do mesmo modo que ocorre com as muitas casas numa cidade. Consta, de fato, que existe um só líder ao qual todas estas casas obedecem, embora cada uma delas possua o seu próprio pai de família.